ACTA N.º 1/2008

Aos vinte e sete dias do mês de Fevereiro de dois mil e oito, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório do GATAT, pelas 14,00 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL;

2. CONSTITUIÇÃO JURÍDICO-LEGAL DE UMA ASSOCIAÇÃO DENOMINADA VIDAGUSTERMAS – ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO TERMAL E TURÍSTICO DE VIDAGO. INTEGRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CHAVES NA REFERIDA ASSOCIAÇÃO. APROVAÇÃO DOS ESTATUTOS. PROPOSTA Nº.9/GAPV/08;

3. ALIENAÇÃO DO PATRIMÓNIO HABITACIONAL – BAIRROS DOS FORTES E BAIRRO DE CASAS DOS MONTES – RECTIFICAÇÃO. PROPOSTA 2/GAPV/08;

4. REVOGAÇÃO DO ÓNUS CONSTANTE DAS NORMAS DE ALIENAÇÃO DOS LOTES INTEGRADOS NO LOTEAMENTO INDUSTRIAL DA COCANHA, SITUADO ANTERIORMENTE NA FREGUESIA DE OUTEIRO SECO E ACTUALMENTE NA FREGUESIA DE SANTA CRUZ / TRINDADE, CONCELHO DE CHAVES. PROPOSTA 11/GAPV/08;

5. PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO – CHAVES 2015;

6. EDUCAÇÃO NO CONCELHO DE CHAVES;

A reunião teve início com a chamada dos deputados municipais tendo-se verificado a seguinte falta:
Sofia Andreia dos Santos Carvalho.
A acta número um, referente à sessão anterior foi posta à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os deputados.
Posta à votação foi aprovada por maioria com três abstenções, por ausência na última Assembleia.
A Senhora Deputada Paula Barros pediu que na página sete, na sua intervenção seja alterada a data de 28 de Fevereiro de 2007, que por lapso referiu, colocando 1 de Fevereiro, que era efectivamente a data a mencionar.
Iniciou-se o "**Período Antes da Ordem do Dia"**
O **SENHOR PRESIDENTE DA MESA** fez entrega ao Grupo Municipal do Partido Socialista do documento, em resposta ao solicitado na última Assembleia pelo referido partido, onde constam as Associações de que a Autarquia faz parte.
Referiu a entrada na Mesa de uma Proposta apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista que leu e se transcreve: " O Grupo Municipal do Partido Socialista recusa-se, peremptoriamente, ainda que seja apenas com o seu silêncio, a compactuar com o caos urbanístico reinante no concelho de Chaves, resultado, sobretudo, da inacção e desleixo que a Câmara Municipal de Chaves, liderado pelo Dr. João Batista, tem revelado em sede de matéria de índole urbanística, quer na vertente do planeamento, quer na perspectiva da gestão urbanística. Esta nossa preocupação quanto às questões do urbanismo tem vindo a crescer à medida que nos chegam notícias e sinais de que o problema não é apenas de estrangulamento do sistema municipal de planeamento e licenciamento urbanístico, mas também um problema de legalidade e quiçá de polícia.

Enquanto eleitos, mas também enquanto cidadãos, ficamos extremamente preocupados com as notícias veiculadas por um órgão da comunicação social local, que, nas suas edições de 23 de Março de 2007, de 28 de Dezembro de 2007 e, mais recentemente, no dia 22 de Fevereiro em curso, publicou inúmeras fotografias de obras ilegais (mais de duas dezenas, incluindo edifício de habitação colectiva, construções na RAN e noutros espaços protegidos). O Notícias de Chaves, na edição de 22 de Dezembro de 2007, faz graves acusações ao poder autárquico (Presidente da Câmara e Vereadores em regime de permanência), designadamente, de inércia, de falta de vontade, da eventual prática de crime de abuso de poder, mas, o que é mais grave, lança suspeitas de indícios/fumo de corrupção.
Não temos, na nossa posse nem provas nem indícios para afirmar que existe corrupção na Câmara de Chaves, designadamente na área do urbanismo, mas entendemos que as suspeições e as situações mal explicadas exigem que, em nome da transparência da acção governativa local, e em respeito pelos superiores interesses dos flavienses, se realize inquérito/sindicância à actividade autárquica no domínio do urbanismo (planeamento, gestão urbanística e fiscalização), incluindo, como é obvio, uma atenção especial às situações denunciadas.
De facto, já não bastavam as críticas feitas quanto à demora, complexidade, descoordenação e burocracias dos serviços de licenciamento de obras da Câmara Municipal de Chaves, isto apesar dos significativos recursos humanos, financeiros e técnicos afectos a tal função, que fazem desesperar os cidadãos que têm necessidade de obter uma licença de construção, soma-se, agora, as notícias de tratamento desigual de situações iguais.
Nestes termos, e com os fundamentos vertidos supra, propomos que, em nome da legalidade e da transparência, que esta Assembleia Municipal aprove a realização de uma avaliação/fiscalização externa, protagonizada pela Inspecção - Geral das Autarquias Locais, na modalidade de inquérito/sindicância, tendo em vista esclarecer cabalmente a actividade municipal em sede de urbanismo e muito em particular as situações denunciadas. Chaves 27 de Fevereiro de 2008. O Grupo Municipal do Partido Socialista".
O **SENHOR PRESIDENTE DA MESA** esclareceu que leu este documento indevidamente, porque não se trata de um requerimento, mas sim de uma Proposta, a qual deveria ter sido lida pelos proponentes, o que deverá acontecer da próxima vez que seja apresentada uma Proposta e não um requerimento.
A Proposta foi posta à discussão, tendo usado da palavra os seguintes deputados:
NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO do PSD – depois de cumprimentar os presentes disse que, relativamente a esta Proposta apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, a sua bancada não concorda com algumas insinuações que ali são feitas.
"O Partido Social - Democrata defendeu no passado, defende no presente e continuará a defender no futuro tudo o que tenha a ver com a transparência, com o rigor e com a legalidade. Não temos medo de nenhuma sindicância ou auditoria. Somos favoráveis a que isso seja feito, porque temos toda a confiança nos autarcas do nosso partido, que foram eleitos maioritariamente pelos flavienses. Desafiamos o Partido Socialista a que alargue esta sindicância a efectuar pela Direcção Geral das Autarquias Locais, em nome da mesma transparência, do mesmo rigor e da mesma legalidade, desde 1995, ano em que o Plano Director Municipal entrou em vigor".
JOSÉ ANTÓNIO TRINDADE MENDES do PS - cumprimentou os presentes e referiu que não foram feitas insinuações de qualquer espécie pela sua bancada. O que a sua bancada fez foi trazer a este auditório a preocupação de notícias veiculadas por um jornal, em duas datas distintas, que puseram em causa a credibilidade da Câmara, do Sector de Urbanismo e, em geral, toda a classe política.

"O que nós estranhámos foi o silêncio que envolveu a primeira intervenção do jornal – quem não deve não teme. Mas haver uma reincidência do mesmo assunto com documentação, mais estranho nos pareceu. A nossa preocupação tem a ver com a credibilidade autárquica, porque achamos que o Senhor Presidente da Câmara, como chefe do Executivo, deveria ter reagido de duas maneiras; ou defendendo o Sector de Urbanismo, ou interpondo uma acção judicial a quem difamava o referido Sector. É isso que nós consideramos que deveria ser essencial. Não fazemos quaisquer acusações, apenas queremos perguntar ao Senhor Presidente da Câmara qual a sua intenção em relação às acusações feitas e documentadas, que provam que alguma coisa no Sector de Urbanismo da Autarquia terá de ser tutelada ou acautelada, de forma a que a honorabilidade da Câmara não seja posta em causa. Está aqui o acto da função política, de decisão, a credibilidade da acção política deste executivo".

NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO do PSD – usou novamente da palavra para dizer que o Senhor deputado Trindade Mendes, não respondeu ao desafio que lhe foi lançado na sua intervenção anterior. Ou seja: Se o Partido Socialista concorda ou não que esta sindicância seja feita a partir de 1995, ano de entrada em vigor do PDM.

"Estranhamos que o Senhor deputado venha agora dizer que não foram feitas insinuações, uma vez que a primeira parte da Proposta do Partido Socialista fala precisamente em legalidade, eventualmente casos de polícia e de corrupção. A mim parece-me que são efectivamente insinuações, mas vamos deixar essa parte – que é acessória – e passando ao essencial, sabemos que a própria Direcção – Geral das Autarquias Locais, desde 2006 tem notificado a Câmara Municipal, no sentido de vir a proceder a essa fiscalização.

Esta posição do Partido Socialista não é nova, está é a chegar mais tarde do que a notificação da DGAL, a não ser que o PS queira aqui fazer o exercício político, dizendo que tal facto só ocorreu porque o seu Grupo Municipal apresentou esta Proposta nesta Assembleia, o que não é verdade.

No Partido Social - Democrata nem governamos para os jornais, nem somos governados pelos jornais e é estranho que só agora o Partido Socialista, recorrendo a um jornal local, venha solicitar a sindicância dizendo que só desta forma se pode credibilizar o exercício da actividade política. O exercício da actividade política pode e deve ser credibilizado de muitas outras formas; os próprios Vereadores do Partido Socialista, nas reuniões de Câmara podem interpor diferentes formas a esta mesma questão. Só a partir do momento que há um jornal a falar nesses casos é que me parece que o PS se aliou a esse jornal ou vice - versa, para vir propor uma acção que já é conhecida desde 2006 e que vai acontecer. Reitero o que disse inicialmente. A não ser que esta Proposta sirva para que o Partido Socialista possa vir a dizer que a fiscalização aconteceu porque a solicitou, nesta altura, na Assembleia Municipal e isso, Senhor deputado, não é uma alternativa em marcha e nem é uma alternativa em ponto morto. Será sim uma alternativa em marcha-atrás.

Lanço novamente o repto e já pela terceira vez, porque conforme antes disse o PSD não vai obstaculizar esta questão, muito pelo contrário. Vamos votar a favor da Proposta que apresentaram, porque somos a favor do rigor e da transparência. Gostaria que o Partido Socialista me viesse responder se nesta mesma Proposta vai ou não incluir que esta sindicância possa ser feita desde 1995. Caso não o faça a nossa bancada votará favoravelmente a vossa Proposta, mas apresentaremos outra para que essa fiscalização se faça desde 1995".

JOSÉ ANTÓNIO TRINDADE MENDES do PS – referiu que não esperava outra reacção do Senhor deputado que o antecedeu, mas que na primeira publicação do assunto no jornal, o PS não fez qualquer eco.

"Não somos nós que fazemos conferências de imprensa para nos virmos queixar de «pseudo – ataques» que sejam feitos pelos seus «pseudo - adversários» e nem nunca comentamos nada que não seja directamente dirigido. O que temos a dizer é que reiteradamente um órgão da comunicação social faz acusações gravíssimas ao executivo e este nada faz para se defender. Não houve nenhuma defesa pública perante essas acusações. O Partido Socialista não faz gestão de heranças. A verdade é só uma, a transparência deve ser una. Estamos abertos a qualquer tipo de sindicância e que se apurem as responsabilidades objectivas, sob todas as faltas que sejam cometidas, mas que se assumam responsabilidades; que não se fuja. Quem não deve não teme.

Numa governação socialista nunca houve fotografias reiteradas de ilegalidades e para credibilidade de todos nós, deve haver uma defesa publicamente, porque todos estamos envolvidos. Que se apurem até às últimas circunstâncias quem é responsável, em que qualidade e em que quantidade é a responsabilidade.

ANTÓNIO BARREIRA BATISTA da CDU – disse que em relação a este tema do urbanismo e dos licenciamentos, se tem assistido desde há trinta anos, a más gestões, quer da parte do PS, quer da parte do PSD.

"Se há actos que pela sua gravidade possam implicar um procedimento a outro nível, nomeadamente criminal, devem ser apurados. Achamos no entanto que no que toca ao Urbanismo esta cidade tem sido mal cuidada, pelos dois partidos.

Como estamos aberto ao esclarecimento das verdades, seja agora, como foi no passado, vamos votar favoravelmente esta Proposta e concordamos com o Grupo Municipal do PSD, ao referir que esta fiscalização deverá ser alargada até à data em que foi aprovado o Plano Director Municipal".

JOSÉ PIMENTEL SARMENTO do PSD - cumprimentou os presentes e em seguida disse que estranha esta atitude do Partido Socialista, até porque estão aqui pessoas que fizeram parte dos executivos de gestão socialista, e venham agora, de uma forma ousada, baseando-se em escritos de jornais locais.

"Tenho em minha casa os jornais da época – que posso facultar - em que a responsabilidade na gestão da Autarquia era do Partido Socialista, onde vêm inúmeras situações dessas. Armazéns e mais armazéns por essa veiga fora e outras situações muito piores de que estas. E nesta Assembleia foram muitas vezes levantadas as situações, ou os Senhores já se esqueceram disso?

Estou totalmente de acordo com a posição do meu partido e para que seja feita uma fiscalização como deve ser, vamos recuar a 1995 e vão chegar à conclusão que no vosso tempo a situação foi muito pior".

NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO do PSD – usou novamente da palavra para dizer ao Senhor deputado Trindade Mendes que, efectivamente, quem tem feito conferências só para atacar o actual executivo é realmente o Partido Socialista.

" Pela leitura dos Órgãos de Comunicação Social verificamos, constantemente, que o Partido Socialista não faz outra coisa senão atacar o Presidente da Câmara e o Executivo Social-Democrata. Se o Senhor deputado se referiu à última conferência de imprensa, nós aí também não atacámos ninguém. Limitámo-nos a pegar numa outra conferência de imprensa que foi dada por um membro do seu partido e reportámo-nos a factos. Reportámo-nos também a factos ocorridos na última Assembleia Municipal realizada a 19 de Dezembro de 2007, a propósito de uma "Moção" apresentada pela CDU. Dissemos na altura e voltamos a dizê-lo agora aqui, claro e em bom som para que todos entendam. A defesa pública do Executivo, este fá-la-à conforme entender, mas quem fará a melhor defesa serão os eleitores. Nós instamos, pela quarta vez, que o Partido Socialista inclua nesta Proposta que a sindicância seja feita desde 1995. O PSD vota favoravelmente a Proposta conforme está, se incluírem

que seja a partir de 1995, continuamos a votar a favor, se o não fizeram mas apresentamos outra. O que queremos, da parte do Partido Socialista é uma resposta objectiva. Isto é: se alteram a Proposta apresentada ou não".

JOSÉ ANTÓNIO TRINDADE MENDES do PS – respondeu ao Senhor deputado Nelson Montalvão dizendo que gostaria que fosse o Senhor Presidente da Câmara a fazer a defesa, e saudou-o porque estar tão bem preparado. "Aceito que seja mencionado na Proposta mesmo até 1990, porque nada temos a esconder. O que pretendemos é apurar responsabilidades, corrigir o que está mal e fazer com que no futuro essas situações não se repitam.
Quanto às conferências de imprensa isso é de minha autoria, mas entre responder e identificar autores vai uma grande diferença. O nosso objectivo é corrigir o que está mal, aquilo que não é agilizável e que pode danificar a acção política de todos os partidos políticos. E nós como Órgão fiscalizador da Câmara Municipal também devemos alertar para esse tipo de situações que ocorrem, porque a passividade em nada nos favorece".
PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE VILAR DE NANTES – Carlos António Batista Feliz – depois de cumprimentar os presentes disse: " O Partido Socialista gosta de fazer julgamentos em jornais, mas só vê os «argueiros nos olhos dos outros e não vê as traves que tem nos seus».
Primeiro tenho de agradecer aos colegas Presidentes de Junta, eleitos pelo Partido Socialista, as mostras de solidariedade que me deram quando fui alvo de uma notícia caluniosa, calunia demonstrada pelo próprio Tribunal quer na resposta que me deu, quer pelo arquivamento do processo.
Eu também sou a favor da transparência e sei que todos os meus colegas Presidentes de Junta também o são, mas também gostaria que o Partido Socialista não fosse para os jornais julgar a honra das pessoas. Pela sua actuação, verifico que a Comissão Política do PS não conhece realmente o trabalho dos Senhores Presidentes de Junta, porque senão não procedia desta forma. Todos são honestos, quer sejam Socialistas, quer sejam do PSD".
PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BUSTELO – Gilberto Reis Sousa – usou da palavra para dizer o seguinte: "Qual é a freguesia que não tem obras ilegais? Tenho a certeza que existem em todas. Porque é que o jornal só apresentou as obras das aldeias e não apresentou as que existem na cidade?
Nas aldeias, existe tanta gente pobre, que necessita de uma casa para viver e por vezes apenas têm o terreno, onde vai construindo a pouco e pouco, mediante o dinheiro que vai juntando. Se acontecer na minha freguesia e o terreno tenha infra-estruturas, eu próprio autorizo a construir uma casinha com o mínimo de condições para viver ao que a necessitar".
O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA,** depois de cumprimentar os presentes respondeu às questões que, sobre esta matéria, foram colocadas.
Não é meu hábito, nem deste Executivo responder aos jornais.
Na última Assembleia, conforme consta da acta disse aquilo que aqui foi reiterado pelo líder da bancada do PSD – não governamos para os jornais e muito menos nos deixamos governar pelos jornais. Responderei aqui ao Partido Socialista a àquilo que disse nos jornais, não aos jornais.
O Partido Social – Democrata tomou a posição correcta. Nós somos a favor da transparência e por isso vamos para as sindicâncias, para as inspecções, para o que for necessário. Há seis anos que assumimos o Executivo Municipal e nesse período não houve qualquer inspecção à Autarquia. Por norma as Câmaras são inspeccionadas de 5 em 5 anos. A última inspecção feita ao Município de Chaves foi em 1998 – há 10 anos. Desde 2006 temos sido notificados pela DGAL para

realização de inspecções e concretamente em 2007 foi-nos comunicado que iria haver uma Inspecção ao Sector de Urbanismo e a processos de Contratualizações (desde empreitadas, pessoal etc.). Este ano a Autarquia já foi de novo notificada. O que hoje é pedido neste Assembleia, será uma forma de reforçar, ou até de pressionar a DGAL a enviar inspectores.
Entendo que a Assembleia deverá votar favoravelmente esta Proposta. O facto de se colocar a data desde 1995 tem toda a lógica, porque é desde essa altura que o PDM está em vigor. Mas vamos analisar tudo: não só as construções ilegais, que não são licenciadas de forma ilegal na Câmara. Eu não acredito que alguma vez houvesse alguém na Câmara que concedesse uma licença de forma ilegal. As construções é que serão ilegais e aí quem tem a responsabilidade são os seus proprietários e sobretudo os técnicos responsáveis pela sua implantação.
A esse nível é que é necessário actuar.
Mas eu quero que a inspecção vá mais longe: que apure os índices de construção que foram autorizados em muitos casos e todas as situações que bem entenda, a todos os processos que estão devidamente identificados – não a amostras. No fim Senhor deputado Trindade Mendes verificaremos os indícios de corrupção que aqui transferiu do jornal e, depois dos resultados dessa inspecção, faremos o apuramento das respectivas responsabilidades, a todos os níveis. Efectivamente nós não devemos e por isso nada tememos; estamos interessados na transparência absoluta.
Disse e repito não estranhar que o Partido Socialista actue em função daquilo que vem nos jornais, não tome iniciativas, não faça outro tipo de oposição que não seja dessa forma.
O problema em si existe, ninguém o nega e ninguém o esconde, sobretudo a partir da década de 90, com proliferação de muitas construção ilegais, mas que não foram licenciadas ilegalmente; a implantação da obra é que é feita de forma incorrecta. Quando se detecta que a execução da obra não corresponde concretamente ao projecto aprovado na Câmara, ou não tem licença, a fiscalização actua, apresenta o correspondente relatório e a partir daí a obra é embargada; nessa situação, para além da multa que é aplicada ao cidadão, é-lhe dado um prazo para a legalizar, quando é possível. Porém, há casos em que não é possível legalizar e os interessados recorrem a advogados ou desobedecem ao embargo. Nesta situação é levantado o auto de contra ordenação que segue as diversas etapas vertidas na lei, até ir para o Ministério Público.
As situações estão identificadas e a Câmara agiu e age da forma que legalmente lhe é permitido. Quando o Tribunal decidir que a casa “X” ou “Y” tem de ser demolida a Câmara cumprirá a ordem, desde e sempre que o Tribunal se responsabilize pela decisão que tomou. O que acontece muitas vezes é que os fiscais passam tardes inteiras no Tribunal e depois o réu é absolvido. Temos o exemplo concreto de uma construção que foi devidamente identificada em nome de certa senhora e o advogado, habilidosamente, conseguiu passar a obra para o nome de outra pessoa, que alegou desconhecimento da notificação anteriormente feita à referida senhora e absolveu-a. A questão resulta também do funcionamento da justiça e eu sempre propus a existência de uma entidade externa para fiscalizar e agir na área da construção.
O que não há dúvida é que a Câmara Municipal tem agido nos termos da lei. Os jornais, conforme o Senhor deputado Pimentel referiu, na sua intervenção, sempre publicaram notícias sobre esta questão. O que está em causa e já foi devidamente explicado é a realização de uma inspecção, para averiguar as situações, cujo relatório terá obrigatoriamente de vir a esta Assembleia, para análise. Todos devemos, efectivamente ser conscientes que é um problema que existe, e que os executivos sempre agiram de acordo com o estipulado na lei e é a própria lei que

obriga as autarquias a cumprir prazos. Quando um cidadão denuncia um vizinho que tem uma obra ilegal, parte logo do princípio que o muro, a janela ou a obra realizado por este último terá de ser imediatamente demolida, o que não acontece. Há prazos estipulados, nomeadamente quando há advogados pelo meio que apresentam justificações fundamentadas e conseguem manter o processo durante muito tempo. Nesse intervalo a Câmara não pode actuar. Nessas circunstâncias é mais fácil condenar o poder público do que condenar o cidadão em particular.
É útil que esta Assembleia tome consciência deste problema, do seu percurso e da melhor forma de resolução que, como já disse, seria através de uma entidade exterior à Câmara que fiscalize devidamente estes actos e actue concretamente sobre as situações; que obrigue os poderes públicos a agir – o estado também tem máquinas – porque de outra forma há sempre condicionalismos a cumprir.
Quando se falou na cidade e nas aldeias é óbvio que na cidade, até por uma questão de mais proximidade, há maior fiscalização e menos propensão a haver implantação de edifícios de forma errada. Nas aldeias existem situações de maior dificuldade. Há pessoas que querem construir uma casa de habitação e só têm um terreno onde o fazer, e muitas vezes avançam com a construção sem a necessária aprovação e fora do que a lei permite. Nestes casos, em meu entender é também uma questão de cidadania. Mais do que tudo isso em Portugal falta, efectivamente, educação. Julgo que as gerações futuras terão outra forma de actuar.
Vamos então para essa inspecção deixando bem claro que, da parte deste Executivo, há a disponibilidade para mostrar todos os processos, sem excepção, e identificar todas as situações que os senhores inspectores queiram analisar, para que a verdade seja totalmente reposta. Enquanto isso continuaremos a trabalhar para o desenvolvimento cada vez mais consistente do nosso Concelho.
Os processos que vão sendo levantados têm datas de prescrição. Há os que prescrevem num ano, os de três anos e os de cinco anos. Tem sido preocupação do Executivo dar prioridade aos processos que prescrevem mais depressa, o que por vezes dá a impressão que é dada prioridade a determinados processos mais recentes em detrimento de outros mais antigos, mas é, na verdade, em função dos prazos que cada um tem para prescrever.
DEPUTADO JOSÉ ANTÓNIO TRINDADE MENDES do PS – voltou a usar da palavra para refutar duas afirmações feitas pelo Senhor Presidente da Câmara.
"A primeira é que não havia outra maneira expedita de fazer chegar esta situação à Assembleia Municipal sem referir o órgão da comunicação social que publicou o artigo, a levantar esta polémica. A segunda é o facto de o Senhor Presidente da Câmara nunca ter refutado qualquer das acusações. Neste momento foi-nos dada a devida explicação, mas como já disse, anteriormente, era nossa obrigação levantar a questão.
Nós já provamos a V. Exa., por diversas vezes, que não fazemos agenda política através de jornais, apenas usamos a comunicação social para fazer chegar a V. Exa. as questões, porque o diálogo democrático que devia existir entre as forças políticas é constantemente esquecido. Refiro também que não nos podem acusar de não nos preocuparmos pelos assuntos que devem ser esclarecidos na gestão autárquica e nós temos todo o interesse que a gestão autárquica seja transparente, porque só assim é que é dignificada a classe política. Não é para hostilizar V. Exa."
O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu ao Senhor deputado referindo que, em Portugal, todos nós temos experiência directa ou indirecta daquilo que a comunicação social faz.
É bom que esta Assembleia assuma que se aquilo que o Jornal " Público" diz do Senhor Primeiro-Ministro é mentira, não é verdade aquilo que o Notícias de Chaves diz deste Executivo Municipal. Se eu condeno o jornalismo que muitas vezes é feito,

relativamente à figura do Senhor Primeiro-Ministro, também julgo que temos o direito ao respeito do jornalismo local.
Pergunto ao Senhor deputado Trindade Mendes quando é que o executivo municipal não cumpriu o que estipula o Estatuto da Oposição. Alguma vez o Partido Socialista, ou V. Exa. pediu alguma audiência à Câmara e lhe foi recusada? Sabe que não. Estamos abertos ao diálogo para quando quiser e como quiser.
O SENHOR PRESIDENTE DA MESA ao não haver mais nenhuma intervenção sobre a Proposta em discussão leu novamente o que é pedido para ser votado e que se traduz na realização de uma avaliação externa protagonizada pela ***Inspecção Geral das Autarquias Locais***, na modalidade de inquérito/sindicância, tendo em vista esclarecer cabalmente a actividade municipal em sede de Urbanismo e muito em particular das situações denunciadas.
Disse ainda ao Grupo Municipal do Partido Socialista para, uma vez que concordou com o repto lançado pelo PSD, alterar o texto da Proposta em discussão acrescentando a data de início da inspecção, ou seja 1995, ao que este concordou e escreveu, efectivamente:« ……na modalidade inquérito/sindicância, ***desde 1995***, tendo em vista…..»
O SENHOR DEPUTADO JÚLIO ALVES do PS – usou da palavra para dizer o seguinte: " Se a última inspecção feita ao Município de Chaves foi feita em 1998, significa, em minha opinião, que tudo o que está para trás está dado como inspeccionado, mas também pode ser desde 1976, que foi o ano das primeiras eleições autárquicas".
O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** pediu à Mesa autorização para esclarecer definitivamente este assunto e respondeu ao Senhor deputado Júlio Alves que a inspecção realizada em 1998, não foi expressamente ao Sector de Urbanismo, foi por amostra e aquilo que agora se pretende é uma inspecção aos processos todos. Quando se aponta data de 1995 é simplesmente porque só a partir daí é que passou a vigorar o Plano Director Municipal. Existe a possibilidade de inserir na Proposta essa data, portanto a inspecção será feita a todos os processos existentes desde 1995 até esta data.
O SENHOR PRESIDENTE DA MESA informou que se mantém a Proposta, com a introdução, por parte do Grupo Municipal do Partido Socialista, da data "…desde 1995".
Posta à votação foi a Proposta aprovada com 97 votos a favor, 3 abstenções e zero votos contra. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.
Em seguida usaram da palavra, neste Período de "Antes da Ordem do Dia" os seguintes deputados:
MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – referiu a última entrevista dada pelo Senhor Primeiro – Ministro sobra a situação de Portugal.
"A situação idílica que fez do País está a ser desmentida de uma forma crescente, a tal ponto que, qualquer dia a mencionada entrevista pode ser vista como uma espécie de suicídio político do Senhor Primeiro-Ministro. É visível a crescente instabilidade social, de contestação por parte dos professores, na comunicação social – ontem em Coimbra, através de SMS se juntaram 2.500 docentes. Esta Assembleia tem alguns membros que são professores e está anunciada uma grande manifestação para o próximo dia 8 de Março, pela primeira vez subscrito pela Associação de Professores, que como todos sabemos é uma estrutura não sindical.
Efectivamente o Senhor Primeiro-Ministro deu a entender que a resolução dos problemas do País, nomeadamente o controle do deficit era um mérito do Governo e não à custa do congelamento dos salários e das carreiras da função pública, do aumento dos impostos e por outras medidas sucessivas na área da educação e na área de saúde.

Em jeito de malandrice e como sei que o Senhor Presidente da Câmara é um bom aluno da Senhora Ministra da Educação, proponho que a convide a vir ao nosso Concelho, e à Senhora Deputada Paula Barros a acompanhá-la de braço dado.
A CDU e o Partido Comunista nunca criticam a política pelas pessoas que a fazem. Na anterior Assembleia dissemos que o Senhor Ministro da Saúde vinha a Chaves e anunciaria o encerramento da maternidade; apesar de em determinados momentos de descontrole emocional ter feito declarações infelizes relativamente às populações do Alto Tâmega, a nossa preocupação não é a pessoa em si, mas sim as politicas que praticou. A Senhora Ministra da Educação, na maneira como se refere aos professores gostaria que deixasse de ser governo, mas gostava muito mais que a política do Governo sobre Educação fosse bastante diferente da que tem sido anunciada e que, de uma vez por todas, os professores e a sua dignidade deixassem de ser postas em causa.
Não é sem razão que até a insuspeita SEDES vem falar de um mau estar social que eu penso ser muito mais latente do que o Senhor Primeiro-Ministro desejaria. Talvez por esse motivo, na qualidade de cidadão flaviense, vejo algumas obras emblemáticas, que foram subscritas por membros do Governo, com o Senhor Primeiro-Ministro a fazer inaugurações, sem grandes reflexos de progresso, nomeadamente a Plataforma Logística, o Mercado Abastecedor, o Parque Empresarial. Foram estas as pedras angulares da estratégia do executivo, que já vinham da Câmara do Partido Socialista mas que a nós – CDU – não nos pareceu a estratégia indicada. Talvez por reflexo da crise nacional, talvez porque não será esta a estratégia que a Região do Alto Tâmega e o Concelho de Chaves precisam. É uma área que deveria ter um maior dinamismo e a percepção do cidadão comum, com o qual se fala é que, efectivamente, tem pouco dinamismo. Tenho esperança que o Senhor Presidente da Câmara nos explique que não é exactamente assim, porque vivo aqui e quero que as coisas avancem para melhor.
É indispensável que o Governo ganhe sensibilidade social e perceba que está no momento de ter que inflectir as políticas. Não adianta substituir um Ministro que já está queimado – parece que a Ministra da Educação também terá de deixar o Governo, a curto prazo – mas é necessário modificar as políticas e não mostrar esta insensibilidade que o Primeiro-Ministro demonstrou na entrevista".
JÚLIO ELISEU DOS ANJOS ALVES do PS – cumprimentou os presentes e disse que a política é, segundo a opinião dos comentadores políticos nacionais de referência, a "arte de gerir a escassez e de fazer com que os bens e serviços públicos sejam distribuídos equitativamente pelo território e pelas pessoas". Com base neste modelo também a politica autárquica terá de saber gastar bem os recursos disponíveis e fazer torná-los uma mais valia para a vida dos flavienses.
"Não pondo em causa a legitimidade democrática das opções de investimento deste executivo, dado que o povo lhe conferiu tal mandato, sou defensor de uma democracia participada em que os partidos da oposição com representação autárquica sejam ouvidos, sejam chamados ao processo de desenvolvimento e possam ter voz activa, apesar da sua condição minoritária, nas decisões estratégicas concelhias. É nossa convicção que esta forma de actuação política em muito poderá contribuir para a recuperação da confiança dos cidadãos nos eleitos, deixando de os olhar com desconfiança e só com esta democracia participada os eleitores podem exigir responsabilidades aos eleitos, quer sejam poder, quer sejam oposição.
À oposição exige-se, quer na Câmara, quer na Assembleia Municipal, um papel fiscalizador e denunciador quando as situações assim o justifiquem, em defesa do interesse público em geral e, no caso dos mais fracos, exige-se capacidade de análise técnica sobre assuntos que foram tidos como fundamento a uma decisão política e um papel activo na proposta de políticas alternativas.

Se olharmos para o presente e para o passado verificamos que este trabalho, muitas vezes, não é facilmente conseguido. São várias as razões que fazem com que os partidos da oposição nas autarquias fiquem muitas vezes longe das exigências dos eleitores, ou até dos verdadeiros desejos e vontade dos eleitos. É difícil analisarmos e termos uma opinião política séria e fundamentada sobre assuntos que exigem conhecimentos técnicos e mais tempo do que aquele que a nossa actividade profissional permite.
Como defensores de uma democracia participada pensamos ter chegado a altura de se exigir às maiorias o fim da democracia musculada. Não estou a por em causa a legitimidade do exercício do poder, estou a referir-me à forma como se respeita a legitimidade democrática dos partidos da oposição e dos cidadãos que deram corpo a essa legitimidade.
O Partido Socialista obteve cerca de 11 mil votos nas eleições de 2005 – cerca de 42%. Será que não chegou a altura de os vereadores da oposição terem, da parte da autarquia, condições efectivas de trabalho e lhe seja disponibilizado um gabinete e acessória política? Se isso pode aumentar a despesa, há sectores da Câmara onde uma parte do desperdício existente chegaria para acomodar esta proposta.
A lei diz que os vereadores devem ter acesso à ordem de trabalho das reuniões de câmara 48 horas antes e eu pergunto porque é que os documentos que sustentam a ordem de trabalhos não são enviados juntamente com as convocatórias, tal como acontece na Assembleia Municipal? Como é que os vereadores da oposição podem ter condições para fazer uma análise cuidada dos assuntos se têm de se deslocar aos Paços do Concelho para consultarem os documentos de suporte? Se assim acontecia no passado foi prestado um mau serviço à democracia e por isso espero que a situação seja reparada o mais breve possível.
Porque é que a resposta aos requerimentos apresentados nesta Assembleia Municipal não é entregue antes da data da Sessão, para permitir a sua análise?
Apesar de ser ao poder autárquico que cabe gerir o funcionamento da autarquia pergunta-se se é admissível que vários funcionários tenham sido e continuem a ser perseguidos politicamente por serem militantes de outros partidos. É preocupante a obsessão pela perseguição de alguns funcionários da câmara que já mudaram de serviço nestes últimos seis anos quatro vezes.
A criação de Associações é feita numa lógica de produção em série, sem avaliações do trabalho executado e objectivos cumpridos, apenas para satisfazer algumas clientelas partidárias e interesses pessoais em controlar corporações. Estas Associações servem para fugir ao alcance da fiscalização dos órgãos autárquicos e às regras da contratação pública. É preocupante quando um vereador da oposição solicita informação sobre as transferências efectuadas pela Autarquia para a Associação “Chaves Viva” e sobre a forma como são gastas essas verbas e o Senhor Presidente da Câmara lhe responde “tenho de pôr a divulgação da informação à consideração de todos os associados em Assembleia-geral e depois logo se vê a decisão dos sócios”. Se a Câmara é o sócio maioritário desta Associação, qual a razão para dar esta resposta? Haverá algo que os vereadores do PS e os flavienses não possam saber sobre esta questão?
Paralelamente a esta pulverização de Associações abre-se um concurso para meter mais 71 funcionários na Câmara. Criam-se associações, atribuem-se-lhes como objecto competências que são da Câmara e ao mesmo tempo contratam-se mais esses funcionários. O Senhor Presidente da Câmara disse e cito … «o objectivo deste concurso não é contratar mais 71 funcionários mas sim dar estabilidade aos mais de 100 que se encontram com contrato de avença ou com contratos precários. Todas as pessoas que reúnam as condições exigidas podem concorrer, mas é claro que a avaliação curricular das pessoas que trabalham connosco será tomada em

conta. Acham mal que se dê estabilidade a esses trabalhadores?». Depois desta citação pergunto ao Senhor Presidente se isto não vai contra as elementares regras do funcionamento imparcial e isento das autarquias?"
Disse ter consultado a lista das licenciaturas publicitadas no aviso e ao ver os nomes dos candidatos que foram admitidos tirou a conclusão que: (passo a citar) "o fato do concurso foi concebido por costureiro de alto requinte" (fim de citação). Que este concurso na sua grande maioria é uma farsa e um engano para os concorrentes que não encaixam no "fato", tendo em conta os conteúdos funcionais e as licenciaturas de alguns candidatos. No seu entender estas não as necessidades mais prementes da autarquia, tratando-se sim da assumpção de compromissos eleitorais, de satisfação de necessidades de emprego. Referiu o rigor e a exigência posta neste concurso ao verificar que, enquanto para o concurso de promoção interna que está a decorrer, se exigem provas escritas realizadas pelo CEFA, para o concurso externo de ingresso apenas se exige prova oral de conhecimentos e avaliação curricular, levantando, no seu entender, suspeições. Não querendo por em causa a idoneidade do júri perguntou se as entrevistas serão gravadas e caso haja apenas dois candidatos a um lugar e sendo um deles já trabalhador da Autarquia, se as perguntas da entrevista serão as mesmas. Sugeriu a anulação do concurso e propôs um exame escrito feito pelo CEFA.
Referiu o estado do pavimento da estrada de acesso a Vila Frade e dado que a obra ainda está dentro da garantia sugeriu que seja feita uma fiscalização, pois desconhece se foi feita alguma vistoria à forma como foi reposto o betuminoso e às condições de segurança da via. Um dia poderá ocorrer ali um acidente e então terá de ser feita essa vistoria e haverá, certamente, um inquérito que responsabilizará os culpados. Disse que a falta de fiscalização a essa via é para si preocupante e por essa razão denuncia duas situações, juntando fotografias daquilo que lá se está a passar; abusa-se do espaço público com rampas de acesso a uma habitação, que segundo lhe parece foram feitas sem autorização da Autarquia, a quem compete a sua fiscalização por se tratar de uma estrada municipal. A outra situação prende-se com a demolição e reconstrução do outro lado da via, no mesmo local.
A situação do urbanismo na Câmara de Chaves já foi devidamente explanada pelo seu colega de bancada António Trindade Mendes. As frases citadas num jornal local, são comprometedoras para o Executivo, por isso cabe-lhe ao Senhor Presidente da Câmara, enquanto máximo responsável da Autarquia, acabar com este clima de impunidade e de anarquia urbanística e identificar os principais responsáveis. Que o Concelho de Chaves é hoje conhecido no País pelos armazéns agrícolas devidamente equipados com TV cabo, banheiras de hidromassagem e torneiras da Roca.
Referiu que a Junta de Freguesia de Travancas em 10 de Janeiro de 2006, informou a Autarquia que a estrada municipal que liga a Bolideira a Argemil da Raia é uma via com forte predominância de nevoeiros e se encontra sem linha central demarcada, o que pode vir a provocar acidentes graves. Em resposta a Câmara disse que a linha ainda não foi demarcada por falta de equipamento adequado. Isto demonstra falta de competência e responsabilidade da Câmara em relação aos interesses dos seus munícipes.
FRANCISCO ANTÓNIO TAVEIRA FERREIRA do PSD – cumprimentou os presentes e em seguida referiu a política de saúde, ou a saúde em geral, porque isso tem muito a ver com o que hoje se passa no Concelho.
As políticas de Saúde que hoje vigoram em Portugal têm uma marca técnica e outra política. Em regra os políticos e bem, pedem estudos técnicos para tomar decisões e depois fazem opções e tomam decisões que são de cariz político e não técnico. O Senhor Ministro das políticas de má memória, que felizmente para todos residentes

do Alto Tâmega abandonou o Ministério, porque se o não tivesse feito deixava-nos sem nenhuma estrutura de saúde. Essas políticas conduziram à situação que todos conhecemos e com as quais agora temos de lidar. “No meu entender é chegada a hora de pensarmos seriamente sobre os factos passados os que estão a passar e os virão no futuro, na área da saúde na nossa Região e, definitivamente, separar o que são factos do que são intenções.
Todos sabemos que foi proferido um despacho pelo Ministério da Saúde que dizia que a Maternidade seria encerrada quando houvesse melhoria das acessibilidades, quando tivesse sido criada uma alternativa efectiva aos serviços que iam ser encerrados e quando, claramente estivesse possibilitada a aplicação de serviços com melhor qualidade. Esse despacho não tem vindo a ser cumprido e as politicas têm vindo a ser aplicadas. Os serviços são encerrados, as alternativas que foram criadas não são eficientes e a melhoria na prestação dos cuidados não está provada, nem sequer o benefício económico que se supunha retirar destas políticas está ainda provado, e nem sequer avaliado.
A Saúde em Portugal é da exclusiva responsabilidade do Ministério da Saúde e do Governo, que habilmente tem metido as Câmaras Municipais no jogo da definição dos cuidados de saúde. As Câmaras Municipais aparecem como defensoras das populações onde foram eleitas e o Governo exerce o seu papel a nível nacional.
Quanto à questão do despacho, as acessibilidades que estavam previstas para a nossa região aconteceram com a abertura da A24, que por sinal já esteve interrompida duas vezes por motivos de neve. É certo que o Senhor Ministro não é responsável por isso, mas devem ser criadas alternativas viáveis e úteis quando surgirem situações destas. Os resultados destas políticas têm vindo a ser avaliados na prática e todos sabemos de dois partos feitas em ambulâncias no trajecto de Chaves / Vila Real.
Aguardamos a avaliação económica e não sabemos qual foi o aumento que existiu para as populações, particularmente para as grávidas relativamente ao risco, mas temos alguns dados que são claros, objectivos e do conhecimento de todos. Encerraram-se serviços de urgência e fez-se substituir a prestação dos cuidados desses serviços por ambulâncias do tipo de suporte básico de vida e do tipo suporte imediato de vida e por ELIS imaginários que voariam do local dos acidentes para os Hospitais. Isto faz parte de dois níveis – o real e o que se fala. O que se fala está afastado do real – não há helicóptero a funcionar e em Trás-os-montes, sediado em Macedo de Cavaleiros e não teremos, seguramente, nos próximos vinte anos nenhum helicóptero para fins de saúde, porque não é possível tecnicamente.
Há claramente em Portugal uma economização da Saúde. Neste momento existem três grandes áreas: a chamada saúde pública, os chamados cuidados primários e os cuidados diferenciados. A saúde pública tem estado a funcionar sem grandes alterações, os cuidados primários sediados nos Centros de Saúde – agora com grandes alterações - e os cuidados diferenciados aos quais chamávamos de hospitalares. Os Hospitais eram classificados em função da sua capacidade tecnológica em primeiro, segundo ou terceiro nível, ou concelhios, distritais e centrais. Apareceu e bem uma nova área de prestação que é chamada área pré-hospitalar e que não tem nada a ver com o que existia – é o chamado socorro imediato, seja num acidente, seja numa doença súbita. Esta área aparece bem regulamentada, mas descoordenada. Historicamente quem prestava o socorro pré-hospitalar eram os Bombeiros Voluntários, que não deram o passo no sentido de se qualificarem e de colocarem médicos, enfermeiros ou outros técnicos que fossem capazes de prestar tratamento indiferenciado nas ambulâncias.
Foi criado o INEM – Instituto de Emergência Médica – que se viu confrontado com uma missão tremenda, que é cobrir a totalidade do País, em todos os locais, desde

os muito povoados até aos de menor densidade populacional, missão essa que de momento não tem possibilidade de cumprir. Historicamente eram os Bombeiros Voluntários, actualmente são os Bombeiros Voluntários e o INEM, que é uma estrutura de pré-hospitalar que se encontra descoordenada, com três problemas para resolver: **1.** Incapacidade frequente de uma pessoa que necessita de socorro, não saber identificar o local onde se encontra e quais o tipo de meios que precisa; **2**. Ao existirem apenas cinco locais de distribuição de socorro, há localidades com o mesmo nome e é frequente a ambulância ir para o local errado. Já aconteceu comigo. O operador da central tem dificuldade em identificar os locais por desconhecer a realidade local e orienta-se por um mapa, que nada tem a ver com a realidade no terreno; **3**. As estruturas que deviam estar sempre a postos estão muitas vezes em situação de semi-acção. Quando surgiu o INEM o Ministério pretendia que o médico estivesse a trabalhar e atendesse o socorro quando fosse accionado. Isto durou apenas oito dias. Quem está para prestar socorro tem de "dormir vestido e com as botas postas"completamente disponível para esse serviço.
É preciso investir em primeiro lugar na coordenação, na informação e no diálogo. Os Bombeiros não podem ser alienados desta matéria; no socorro pré-hospitalar a entidade que mais experiência tem são os bombeiros e estes têm de ser chamados. A Protecção Civil pode desempenhar o papel de coordenador nacional, com todos agentes a trabalhar para o mesmo fim. No socorro há situações que foram bem pensadas como é o caso das vias verdes e estão devidamente definidas: *a via verde coronária e a via verde ABC*, situações que o indivíduo quando chega ao Hospital passa à frente dos outros. Outra vantagem do pré-hospitalar é que quando se faz a avaliação do doente/sinistrado no local, é encaminhado para o hospital certo e não para o mais próximo, podendo-se ganhar muitas horas nesta acção. O Pré-hospitalar é bom e deve continuar, mas é necessário criar uma nova forma de o encarar.
Chaves, em minha opinião e na do partido que represento, deve manter a sua preocupação relativamente às suas estruturas de saúde. Supostamente a pior onda já passou, mas o assunto está longe de estar resolvido. Preocupei-me com o que aconteceu, estou preocupado com o que está a acontecer e com o que pode acontecer no futuro.
Neste contexto a Câmara Municipal esteve muito bem ao avançar com a providência cautelar. Devemos assumir que não vamos desistir de uma das melhores coisas que tínhamos – a prestação de saúde no Concelho e na região. Devemos manter-nos suficientemente unidos para ver se ainda conseguimos salvar algumas estruturas de saúde nesta Região, não esquecendo e continuando a lutar pelo que é a nossa razão.
Há muitas pessoas que podem tratar-se em Hospitais privados, com outros meios e noutras condições, mas também sei como é difícil para a maioria das pessoas ir procurar outros locais para fazerem os seus tratamentos.
Na altura que fui director do HDC elaborei um documento que enviei ao Conselho Geral onde referia que o Hospital de Chaves só poderia continuar a evoluir se assumisse que iria desaparecer. A história veio a dar-me razão em muito poucos anos.
FRACISCO CHAVES DE MELO do PS – cumprimentou os presentes e em seguida alertou para o problema do escoamento da batata. As pessoas das aldeias queixam-se que o preço do quilo é irrisório – sete cêntimos - o que não dá para recuperar o investimento feito.
O mais preocupante é que a grande maioria da produção continua nos armazéns e com a aproximação do tempo quente, corre o risco de se deteriorar. Tal como já se fez em anos atrasados, seria importante o empenho, com a Cooperativa da batata e com as unidades comerciantes existentes no Concelho, de forma a entusiasmá-los a

escoar o nosso produto prioritariamente, tanto mais que a nossa batata é muito melhor do que a importada. A Autarquia pode conciliar estas vontades e ajudar quem mais precisa que são os nossos agricultores.

HIGINO DOINGOS FERREIRA DA SILVA do PSD – disse que a nova Lei Eleitoral a vigorar já para 2009, tem a concordância, na generalidade, do PS e PSD.

Com esta nova lei a eleição de um Município pode ocorrer numa só lista, donde sai a Assembleia Municipal e desta o novo executivo camarário, cujo presidente será sempre o nº.1 da lista mais votada. "Esta lei tem a virtude de acabar com a governação em minoria, uma vez que estabelece que o primeiro eleito da lista mais votada escolhe de entre todos os eleitos para a Assembleia Municipal, cerca de dois terços dos vereadores, tendo uma maioria por si escolhida o que facilitará a vida ao partido vencedor. Os restantes serão eleitos pelo método d' HONT. A partir de 2009 será o Presidente que escolhe os seus vereadores e não fica sujeito a obedecer às respectivas listas.

Não é aceitável é que os Senhores Presidentes da Junta sejam retirados da votação nas Assembleias Municipais, dos documentos de Prestação de Contas e dos Documentos Previsionais. O que será razoável é que os Senhores Presidentes de Junta se mantenham com as mesmas competências que têm até agora, ou então que seja criado um Fórum exclusivo para eles e sejam retirados das Assembleias Municipais.

Ao Presidente de Junta já lhes chega o castigo da ingratidão de residentes da sua freguesia, para quem ele trabalha às vezes em prejuízo das suas horas de descanso e da própria família. É um cargo pouco aliciante, sobretudo quando não é reconhecido o trabalho e o esforço que faz para desempenhar cabalmente as funções.

O Presidente e o Secretário - Geral do PSD já vieram a público dizer que assinaram a Lei na generalidade mas que não concordam que, sejam retiradas essas competências aos Senhores Presidentes das Juntas e se assim for não assinaram a mencionada Lei na especialidade. A ANMP e a ANAFRE também apoiam esta postura e o Senhor Presidente da Câmara de Chaves também já teve o cuidado de dizer o que pensa sobre esta questão, apoiando, como é óbvio a posição quer do seu Partido, quer da ANMP, quer da ANAFRE e dos Senhores Presidentes de Junta.

PAULA CRISTINA BARROS TEIXEIRA DOS SANTOS do PS – cumprimentou em primeiro lugar os presentes e em seguida usou da palavra para clarificar que a Lei Eleitoral está neste momento a ser discutida na especialidade e que se surgiu um entendimento no sentido de a fazer alterar, teve de ocorrer entre os dois maiores partidos – PS e PSD – porque é uma Lei que exige uma maioria qualificada para ser aprovada e isso só poderá acontecer com o consenso destes dois grandes grupos partidários.

Se entenderam avançar com uma nova Lei Eleitoral Autárquica foi porque havia questões que não estavam bem. Ninguém tem de ficar com um ónus negativo em relação ao que é a sua posição e opinião relativamente às matérias, quando na verdade não existe e a Lei tal como foi aprovada na generalidade pelos dois grandes partidos, incluía essa nuance dos Senhores Presidentes de Junta não votarem o Orçamento e o Plano. Isto foi um acordo entre o PS e o PSD, foi assim que foi aprovada na generalidade, mas vivemos neste momento uma situação onde se verifica mais uma quebra de acordo, do PSD, pelo se aguarda o resultado final.

MANUEL DOS ANJOS MONTALVÃO MACHADO do PSD - cumprimentou os presentes e em seguida referiu-se à construção do novo mercado de gado, que está a ser levado a efeito no Alto da Cocanha.

Desde o passado dia 13 de Fevereiro já estão de novo a realizar-se ali as feiras de gado, embora num espaço provisório, que, segundo creio, ficará, no futuro, como reforço para as grandes feiras anuais, como a Feira dos Santos e outras.
Este novo Campo da Feira, que ocupa cerca de um hectare, quando estiver concluído vai albergar um edifício moderno com 1825 m2 de área coberta, com todos os requisitos necessários, tendo em conta não só o bem estar das pessoas que ali trabalham como o dos próprios animais.
Este espaço será considerado o melhor ou um dos melhores do Norte do País o que muito nos orgulha a nós habitantes e à Exma. Câmara. Peço, no entanto ao Senhor Presidente do Município que, além de pressionar o empreiteiro para terminar a obra o mais breve possível e consiga alargar e asfaltar o caminho de acesso àquele recinto, obra fundamental para o engrandecimento das feiras de gados de Chaves.
Terminou endossando um voto de louvor ao Senhor deputado da Nação Dr. Manuel Alegre, que ajudou a empurrar e bem, o maior inimigo da saúde em Portugal.
JOSÉ PIMENTEL SARMENTO do PSD – depois de cumprimentar os presentes disse que na última Assembleia Municipal, realizada a 19 de Dezembro de 2007, a Senhora deputada Paula Barros afirmou que jamais tomará qualquer posição sobre qualquer suspeição em relação ao encerramento do Bloco de Partos do HDC, perante uma "Moção" entregue à Mesa pela CDU relacionada com esta questão. Disse nessa altura que só deveria ser tomada qualquer posição quando houvesse a certeza e, por essa razão, iria votar contra a proposta da CDU. Esta era na altura a posição oficial do PS e da sua Líder Parlamentar. Poucos dias depois, ainda antes do Natal, o Senhor Ministro da Saúde – Dr. Correia de Campos – veio a Chaves anunciar às populações do Alto Tâmega e Barroso o encerramento do Bloco de Partos do nosso Hospital e ao seu lado, bem sorridente encontrava-se a senhora deputada Paula Barros, que foi eleita como deputada da Nação para defender os interesses dos Flavienses e dos Alto Tamaguenses.
Não vou julgá-la, porque serão os eleitores a fazê-lo nas próximas eleições legislativas se for candidata, mas como deputado municipal deste concelho jamais esquecerei o seu gesto de apoio à política do seu partido, de esvaziamento de serviços de saúde no Hospital de Chaves, prejudicando esta vasta região. Nessa Sessão de Dezembro o PSD votou sem qualquer demagogia a Proposta da CDU, por não ter dúvidas das intenções do Governo Socialista em tirar serviços do interior, para reforçar e melhorar os do litoral e áreas metropolitanas.
Pergunto nesta altura à Senhora deputada se de facto, naquela data desconhecia a vinda do então Ministro da Saúde a Chaves e as suas intenções, mas não quero que nos venha dizer que não podemos ter a saúde à porta de casa, com fez na entrevista que deu ao semanário " A Voz de Chaves" em 18 de Janeiro de 2008.
Nos últimos dias os órgãos da comunicação social e os sindicatos referiram o ensino especial e a Senhora Ministra da Educação anunciou esta reforma brilhante, como se fosse aceite quer pelos pais, quer pelos docentes e pelas estruturas sindicais. Como houve uma forte reacção e choveram críticas de todos os lados, a Senhora Ministra disse que a medida não era para vigorar já e que podia esperar o tempo que fosse necessário. Um dia diz uma coisa e no dia seguinte diz outra, o que revela uma desorientação da sua política educativa. No dia 18 de Fevereiro de 2008, em entrevista à SIC o Senhor Primeiro-Ministro disse que estava tudo bem e que a medida era para avançar. Em relação à avaliação dos professores, a TSF disse que a Senhora Ministra tinha tido uma reunião com os docentes e que estes concordaram; decorridos alguns minutos os sindicatos, como resposta, marcaram uma manifestação para o dia 8 de Março de 2008, por contestarem com a forma de avaliação dos professores.

Na mencionada entrevista de 18 de Fevereiro na SIC o Senhor Primeiro-Ministro também reconheceu alguns erros no encerramento de serviços de saúde e disse que, para já, não vão encerrar mais, sem haver alternativas, mas as alternativas a que se referiu foi arranjar mais algumas viaturas.
No nosso Hospital os médicos já não se entendem, queixam-se de falta de algum material, o Quiosque fechou. A nova Cirurgia nº. 3 é o único serviço, que nos Distritos de Vila Real e Bragança, executa cirurgia Laparoscópia do ovário, mas é considerada a parente pobre o Centro Hospitalar e se as senhoras forem submetidas a intervenções cirúrgicas, terão de partilhar o internamento e as casas de banho com os homens. O Senhor Dr. Carlos Vaz acha a situação normal mas, do meu ponto de vista, isto é para por em causa os serviços prestados em Chaves pelo nosso Hospital. A nossa representante local nada diz sobre tudo isto.
A Senhora Dra. Marília Abelha vinha há alguns anos a prestar apoio jurídico ao HDC e teve conhecimento através do Centro Hospitalar, por carta enviada para o seu escritório, sem qualquer justificação, que deixava de ser a consultora jurídica do Hospital, o que denota discriminação, dado que é público que a Senhor Dra. Marília é militante do PSD. É bom que os representantes locais do PS tirem desta situação ilações para o futuro.
Em 1989/89, num jornal local de época, escrevia um tal "Tiago", jornalista do Jornal de Notícias do Porto, de nome Queiroz, que efectuou várias acusações ao então Presidente da Câmara e ao PSD, denegrindo tudo o que fosse laranja; escondia-se no pseudónimo para atacar cobardemente um Partido Político, sem ter a coragem de dar a cara. Agora temos o OTM que, devagarinho e noutro estilo, usa a mesma estratégia tendo como objectivo atacar o actual Presidente da Câmara - Dr. João Batista e o seu partido - deturpando e denegrindo a sua gestão; esses senhores estão identificados e, na altura própria terão a correspondente resposta, que assinarei, porque sou uma pessoa de bem e quem não deve não teme.
Faço aqui um desafio à Rádio Larouco para que sejam organizados debates com os históricos de cada partido, para falar de todas as questões do nosso Concelho desde o 25 de Abril. Eu estou disponível.
Vou dar uma novidade que se calhar os senhores do OTM não sabem. Na semana passada o Senhor Primeiro-Ministro deu uma entrevista à SIC onde estavam dois jornalistas, sendo um o Senhor Ricardo Costa; a entrevista correu às mil maravilhas e eu que a ouvi estranhei as perguntas dos entrevistadores, mas não estranhei as respostas do Chefe do Governo. No dia seguinte, no Jornal 24 horas, vinha a notícia de que a esposa do entrevistador Ricardo Costa ia passar a ser assessora da Senhora Ministra da Saúde - Doutora Ana Jorge. A família tem de se unir e estes Costas são mesmo formidáveis.
Relativamente à intervenção do Senhor deputado Júlio Alves quero dizer-lhe que conheço perfeitamente a estrada que liga a Vila Frade, porque passo lá frequentemente e não tem muita diferença das estradas que a gestão do seu Partido nos deixou. O Senhor Presidente da Junta de Travancas falou comigo há algum tempo sobre a estrada da Bolideira, que reconheço ser perigosa, sobretudo em alturas de nevoeiro, mas o PS esteve doze anos à frente da Câmara e também nunca a pintou. Só agora levantam o problema. A resposta que lhe deram aos senhores foi a mesma que me deram a mim – "não temos equipamento próprio para o efeito".

LUÍS GERALDES TEIXEIRA ARAÚJO do PSD - cumprimentou os presentes e disse que a sua intervenção se prende com o Urbanismo.
A questão do Urbanismo deve utilizar algum tempo desta Assembleia, porque o licenciamento urbano e o urbanismo em geral, merecem deste Órgão alguma atenção. É um problema complexo tendo em conta o País que somos; somos

cidadãos culturalmente pouco amigos de cumprir a lei, mas também fazemos leis pouco amigas dos cidadãos e este conflito gera situações muito delicadas. Entendo que não podem transformar todos os celeiros em casas, mas também entendo que quem só tem um terreno, segundo um artigo da constituição que diz que todos os cidadãos têm direito à habitação, defende-se e por vezes o poder judicial encontra aí argumentos para tirar a razão às Câmaras.
É como já disse, uma situação complexa porque não temos tradição de planificar o crescimento urbano, e estamos, em pouco tempo, a evoluir de uma concentração rural para uma concentração urbana, com um sistema planificado no antigo regime, para um sistema liberal, onde cada um toma as suas decisões. As Autarquias são vítimas de uma legislação extraordinariamente complexa para aprovação dos licenciamentos urbanos, que está em constante mudança. Um projecto desde que é apresentado para licenciamento, até que fica pronto, sofre várias alterações resultantes da legislação aplicável. Em termos do que legislação exige há uma lacuna enorme, entre o que é imposto ao projecto e ao projectista e depois o que é concretamente exigido na obra e ao seu executor. Enquanto ao projectista não lhe é admitida a mais pequena falha, a vigilância da obra – entra muito pouco no âmbito da Autarquia – porque existe legislação a definir e a responsabilizar o director técnico, nomeadamente na implantação da própria obra.
Continuamos com a ideia de que o prevaricador é sempre a Câmara porque tem de vigiar, o que não é bem verdade. É a parte legislativa que tem a ver connosco e isso começa na elaboração do PDM. Oportunamente foi constituída nesta Assembleia uma Comissão de acompanhamento, com elementos de todos os partidos, mas ultimamente não tem reunido, por culpa de todos nós. Quando for aprovado definitivamente o PDM vamos reconhecer que tem artigos anacrónicos, por isso lanço aqui o convite a todos os partidos e aos membros da Comissão para voltar a reunir e acompanhar o processo, para que se integre no articulado e se tente desburocratizar ao máximo, dentro do possível, de uma legislação nacional que é muito restrita.
Há uma questão relacionada com o planeamento e com a definição dos perímetros de construção e da aplicação das chamadas perecuações. A lei permite que uma pessoa que tem um terreno fora do perímetro e outra tem um dentro, possam fazer permutas. Acontece também nos terrenos que entram no domínio público e que a Autarquia recebe como parte das operações de loteamento. A Lei permite jogar com essas parcelas sobrantes de terrenos que tem nas zonas rural e na urbana, para gerir em sistema de perecuação, no sentido de concentrar e dar a todos o direito de construir dentro da área urbana. É um desafio e nunca nenhuma Autarquia até hoje o tentou fazer. O PDM podia prevê-lo de uma forma mais ágil, tentando implementar este sistema.
Houve insinuações numa intervenção anterior em que na Câmara há trabalhadores a serem perseguidos; mas deve haver a coragem de vir aqui dizer os seus nomes para que seja feita uma investigação para bem de uns e para mal de outros. Se houver perseguição para mal dos perseguidores e se não houver para mal de quem acusa injustamente.
ANTÓNIO SANTANA ABELHA do PSD - cumprimentou os presentes e em seguida deu os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Chaves – Dr. João Batista – pela providência cautelar que interpôs em defesa da saúde no Concelho de Chaves e no Alto Tâmega e Barroso.
"Também gostaria, na pessoa do Líder Parlamentar da CDU – Dr. Manuel Justino Matos Cunha – de lhe apresentar os meus cumprimentos pessoais, de cidadão e de militante do PSD, para que os transmita ao Senhor Deputado Agostinho Lopes, que se tem batido em todas as sedes pelo Hospital Distrital de Chaves.

Aproveito ainda para verberar a posição do Tribunal Constitucional, que num acto meramente administrativo, quer extinguir os pequenos partidos políticos, com a exigência absurda de lhes exigir cinco mil militantes. Este Órgão tem aliás, sido alvo das mais variadas controvérsias, ao longo do tempo, pelas maiorias conjunturais que consegue, transformando-as numa espécie de coligações, passe o exemplo, de alianças entre o Sporting e o Porto contra o Benfica, do Benfica e do Sporting contra o Porto e assim sucessivamente.

Finalmente, espero que prevaleça o bom senso na nova Lei Eleitoral, nomeadamente, para as eleições legislativas, que não reduza os partidos como o PCP e o CDS a uma sub-representação partidária na Assembleia da República, mercê de um qualquer esquema legal, interessado em criar *ad aeternum,* um Bloco Central. Eu sei, senhoras e senhores deputados que pertenço a este Bloco, mas não pertenço ao BCI, isto é, ao Bloco Central de Interesses. Na política, como na vida, não devemos querer para os outros, aquilo que não desejamos para nós.

Passaram mais de mil e cem dias da vitória do Partido Socialista nas eleições legislativas de 2005. Mais de mil e cem dias de deriva, de tergiversações, de ziguezagues, de indecisões, ao serviço de uma única decisão: destruir o modelo social de Abril.

Autênticos cristãos novos, adoradores de um novo bezerro de ouro a que chamam défice público, tudo tem feito este Governo para reduzir a esse deus o serviço que deve à nação.

Curiosamente são os mesmos que aplaudiram orgasmicamente as palavras do então Presidente Sampaio – "Há vida para além do défice" –, que, agora, defendem, *à outrance*, esse bezerro.

E, o actual Presidente do Conselho, Pinto de Sousa, que a ele chama os louros dessa vitória contra o défice, esquece que a mesma se fez à custa da subida de impostos, que com ele não subiriam; da diminuição do investimento público; de receitas extraordinárias, algumas herdadas de Ferreira Leite, como a titularização da dívida; da venda de terrenos e imóveis do Estado, que para Pinto de Sousa não são, obviamente receitas extraordinárias; de uma arrecadação tributária sem paralelo, que por irrepetível também é receita extraordinária, dirigida por um cidadão indicado pelo Governo de Durão Barroso, mas sobretudo à custa dos trabalhadores e empresários deste país.

Afinal a coroa de louros que Pinto de Sousa reclama deveria, por questão, de honestidade política e intelectual ser endereçada aos portugueses/trabalhadores e empresários, que, a custo, vão sobrevivendo a este governo.

Mas o desmantelamento do estado social, do espírito de Abril e das suas conquistas continua.

Na Saúde, escuso de citar os continuados disparates do anterior ministro, agora parados, porque finalmente descobriram que a reforma estava a ser feita em cima do joelho; nas liberdades individuais, os casos "Charrua"; o sindicalista preso; os professores e outros cidadãos identificados, a devassa de um sindicato, são provas inequívocas da existência neste governo de tiques, quando não de marcas de carácter, impróprios da Democracia e que julgávamos pertencer a tempos idos; na Justiça alinhavam-se meia dúzia de medidas incoerentes e populistas – como as férias judiciais – exterminam-se milhares de processos e apresenta-se um resultado final de melhoria da funcionalidade de milésimas; nas carreiras médicas e de enfermagem transforma-se a titularidade do lugar – do qual só o próprio e um qualquer processo disciplinar – faria cessar, por contratos onde a precariedade é a palavra-chave; no Ensino, o mesmo sucede. Eu sei, todos nós sabemos que o Presidente do Conselho nunca terá tomado posse como servidor do Estado e por isso nunca experimentou quer o orgulho, quer a responsabilidade que a tomada de posse significava. No Ensino, retrocede-se no

estatuto da carreira docente, dezenas de anos; com a organização da gestão escolar, nos moldes em que está concebida, voltámos ao tempo do Senhor Reitor, ao representante do Ministério da Educação nas escolas; na avaliação dos professores, à qual ninguém se quer furtar, exigem indicadores de medida apriorísticos, como se a matéria-prima fosse o carvão, e não a mais rica e complexa matéria-prima existente: o homem. Sabiam os senhores, que ao receber os alunos num determinado ano, o professor é obrigado a fazer, qual astrólogo, uma antecipação do sucesso que vai obter no final do ano? Não sabiam, mas é verdade! Sabiam que as aulas de substituição, que transformam os professores em plantões, são de escassa, para não dizer nula utilidade para os vossos filhos? Não sabiam? Perguntem-lhes e verão de que lado está a verdade. Sabiam que os vossos filhos frequentam mais de uma dúzia de disciplinas e de áreas curriculares não disciplinares, no 3º ciclo, algumas de utilidade mais que duvidosa e que não lhes deixam um módico de tempo para o lazer e para o estudo? Falem com eles e verifiquem a utilidade do chamado Estudo Acompanhado, ou mesmo da Formação Cívica, ou até da Área Projecto. Sabiam que os professores reúnem constante e interminavelmente para elaborar documentos no âmbito de Projecto Curricular de Turma? Sabiam que o Conselho Pedagógico, cumprindo a lei, reúne para reiterar a sua posição perante o Conselho Executivo, no que se refere à contratação de professores, isto depois de aprovados os critérios de selecção dos candidatos, não delegando, o Governo, nem competência, nem autonomia ao órgão executivo para o fazer? Sabiam que a hipertrofia legislativa impede que se saiba dar com precisão resposta a questões colocadas pelos alunos, tal é a enxurrada de despachos, decretos-lei, leis que desaguam na Escola, dizendo hoje o contrário do que diziam ontem? E o que dizer dos CEF e dos Cursos Profissionais? Em primeiro lugar que a sua criação é compreensível e aceitável. Mas que tipo de programas exigem aos alunos. Os mesmos que para os restantes colegas, em vez de os adequarem à sua área de formação técnica. E das Novas Oportunidades? Será possível que alguém que tenha deixado de estudar há dez, vinte, trinta anos, possa em meia dúzia de meses ser certificado e qualificado com o 9º ou o 12º ano? Será difícil, para não dizer impossível. Mas se repararem com atenção nas minhas palavras está subjacente o chamado "trabalhar para as estatísticas", pouco relevando o conhecimento que os alunos consigam adquirir na sua formação.

Diria que a Ministra L. Rodrigues conseguiu o que queria: descredibilizar os professores; infernizar o seu trabalho; culpá-los pelo inêxito dos alunos; transformá-los em burocratas a tempo inteiro; retirar-lhe horas para que possam preparar as suas aulas; para que se possam dedicar àquilo que, na sua globalidade, gostam: serem professores. Diz a Ministra Rodrigues que perdeu os professores, mas ganhou os pais. Disparate ignóbil! Não há escola que não respeite os pais e que não os acolha de bom grado nos diversos órgãos em que têm assento e, sou disso, testemunho vivo! Com esta ministra e a política do seu governo a escola, caminha, passe a ironia queirosiana, alegremente para a bancarrota. O tempo julgará este governo! Para já e foi o Deputado Jerónimo de Sousa que o disse, "este é o governo mais à direita depois do 25 de Abril".

Quando se "candidatou" pelo PS, em 2005, Pinto de Sousa afirmou em relação ao executivo anterior que um governo que deixa chegar o desemprego aos 7% era um governo incompetente, que devia ser corrido do poder. O que dirá agora, quando o desemprego atinge mais de 8%? O que dirá agora quando o povo tem o mais baixo poder de compra dos últimos vinte anos? O que dirá agora quanto à importância que concede ao poder financeiro e à sua obsessão pelo lucro, não o taxando em conformidade? O que dirá quando as SCUTS forem pagas pelos utilizadores? O mesmo que, na altura, disseram das propinas universitárias, e que agora atingem o valor mais alto de sempre!

Dizia, há alguns meses, a ministra L. Rodrigues que na Escola se assistia a uma revolução tranquila. O tempo demonstrou que não só na Escola, mas no mundo do trabalho, na sociedade, se vive uma revolta surda. Esperemos não ver em breve, cenas semelhantes às dos arredores de Paris. Porque está a chegar o tempo de dizer basta!
Senhor Presidente, citarei, agora, dois textos, de forma parcial, que devem ser entendidos como duas metáforas. Um de Almada Negreiros, o *Manifesto Anti-Dantas*, outro de Manuel Alegre, *Trova do Vento que Passa*.
BASTA PUM BASTA!!!
Uma geração, que consente deixar-se representar por um Dantas é uma geração que nunca o foi! É um coio d'indigentes, d'indignos e de cegos! É uma resma de charlatães e de vendidos, e só pode parir abaixo de zero!
Abaixo a geração!
Morra o Dantas, morra! Pim!
O Dantas nasceu para provar que, nem todos os que escrevem sabem escrever!
O Dantas é um autómato que deita pr'a fora o que a gente já sabe que vai sair... mas é preciso deitar dinheiro!
O Dantas é um soneto dele próprio!
O Dantas em génio nunca chega a pólvora seca e em talento é pim-pam-pum!
O Dantas é o escárnio da consciência!
Se o Dantas é português eu quero ser espanhol!
E agora, Senhor Presidente num tempo em que tanto se evoca a Liberdade, alguns excertos da *Trova do Vento que Passa*, de Manuel Alegre:

"Pergunto ao vento que passa
notícias do meu país
e o vento cala a desgraça
o vento nada me diz.

Levam sonhos deixam mágoas
ai rios do meu país
minha pátria à flor das águas
para onde vais? Ninguém diz.

Pergunto à gente que passa
por que vai de olhos no chão.
Silêncio – é tudo o que tem
quem vive na servidão.

E o vento não me diz nada
ninguém diz nada de novo.
Vi minha pátria pregada
nos braços em cruz do povo.

Mesmo na noite mais triste
em tempo de servidão
há sempre alguém que resiste
há sempre alguém que diz **não**".

Peço, com humildade, para me reverem nesta última quadra. Aliás, alguns amigos meus já o sabem, gostaria de ver na minha lápide, por ser verdade, a expressão: "Nasceu livre e livre morreu!".

Antes de terminar, Senhor Presidente, aqui e agora, quero asseverar, não por cortesia, mas por ser verdade, que não confundo o verdadeiro PS, com este Governo. Não duvido que o PS e o PSD foram, sem dúvida, os *founding fathers* da Democracia Portuguesa. A minha intervenção deve, pois, ser entendida como rejeição total, frontal e absoluta ao Governo, a este Governo e não ao PS, que me merece o maior respeito democrático.
Senhor Presidente, reescrevendo, hoje, o que aqui disse em Abril de 2006, nesta mesma Assembleia, cito: …."Com este Governo, Abril parece transformar-se, pouco a pouco num qualquer Novembro chuvoso e sombrio.
Prosseguindo nesta senda, lá virá o dia, em que a personagem principal deste enredo sairá das luzes da ribalta e desaparecerá num esconso bastidor.
Será tempo, então, de um novo tempo. Será, de novo, tempo de esperança, será, de novo, Tempo de Abril!"
MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA, da CDU – usou novamente da palavra para dizer que o Senhor deputado Júlio Alves falou muito sobre Democracia musculada.
"O seu discurso está bem feito, subscrevo o que disse, mas com este Governo, com todas estas questões, com esta Lei Eleitoral, que pretende, na negociação do Partido Socialista, executivos mono colores, partindo do princípio que os vereadores do PS na oposição não devem servir para nada.
O acordo entre o PSD e o PS existe e previa que os Presidentes da Junta não votem em questões essenciais como é o orçamento, partindo do princípio que se diz, em surdina, que depois os Presidentes de Junta se vendem "por um prato de lentilhas". Isso não é subscrito pela CDU, que, ironicamente, é o único partido que não tem nenhum Presidente de Junta eleito no Concelho, mas que tem muito mais respeito por estes Autarcas do que as direcções dos dois grandes Partidos – PS e PSD – que negociaram o acordo eleitoral".
Referiu a necessidade de concluir a estrada que liga Argemil a S. Vicente da Raia.
Recordou que nunca houve tantos enfermeiros no desemprego como há neste momento e seria útil que a Autarquia, na qualidade de principal accionista da Cooperativa de Ensino fizesse uma reflexão sobre o futuro da Escola Superior de Enfermagem, que teme tenha uma existência muito curta.
Em relação às questões da saúde e no seguimento do que foi dito, a mudança da Ministra foi subscrita pelo Primeiro-Ministro, como não correspondendo a mudança de políticas e as questões que nós aqui levantámos, sobre o futuro das estruturas hospitalares do Concelho e do Alto Tâmega, mantêm-se todas em cima da mesa, e é bom que esta Assembleia Municipal e a Comissão de Defesa do Hospital de Chaves, mantenham a sua actividade, porque maus tempos se avizinham.
O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA,** respondeu às questões que lhe foram colocadas pelos Senhores deputados, neste período antes da Ordem do Dia;

- Esclareço o Senhor deputado ***Manuel Justino Matos Cunha***, que a estrada que liga Argemil a S. Vicente da Raia, foi alargada pelo Regimento de Engenharia nº. 3 de Espinho, mediante protocolo oportunamente assinado entre a Câmara Municipal e aquela unidade militar, com todos os custos suportados pela Autarquia (87.408,75€) há dois anos. Os trabalhos tiveram início no início de 2004 e terminaram no final de 2005. Por indicação dos técnicos, fomos aconselhados a que durante o primeiro ano não se fizesse a sua pavimentação, para permitir uma maior compactação do terreno e, consequentemente, a sua consolidação. Nesta data está a decorrer o concurso de pavimentação da referida estrada, cujas obras terão início nesta primavera de 2008.
Referiu a Escola de Enfermagem. Eu pergunto ao Senhor deputado, em termos de cursos superiores, com excepção da medicina, qual é aquele que hoje oferece uma empregabilidade directa e absoluta no mercado de trabalho. A Escola de Enfermagem é uma preocupação da Autarquia e são conhecidos os passos que já

foram dados, no sentido de a transformar em Escola Superior de Saúde. Está o pedido na Direcção-Geral do Ensino Superior para decisão.

- Relativamente à intervenção do Senhor deputado ***António Abelha*** tenho de dizer que estive atento às sua palavras e em especial às citações poéticas que muito bem escolheu mas, relativamente à escolha do epitáfio, quero dizer-lhe que espero que signifique muitos anos de vida.
- O Senhor deputado ***Luís Geraldes Teixeira Araújo*** mencionou questões de urbanismo, apresentando uma possível solução, sobre o ponto de vista teórico com a qual todos concordamos; do ponto de vista prático obriga à criação/gestão de uma bolsa de solos, que permita fazer permutas, condicionando a Autarquia a adquirir esses terrenos ou a expropriá-los para os poder disponibilizar, o que nem sempre é fácil. É uma proposta que neste novo contexto nos merece a devida atenção.
- O Senhor deputado ***José Pimentel Sarmento*** - surpreendeu-me com a sua intervenção, alertando para situações que, possivelmente a maioria de nós aqui presentes desconhecíamos. Efectivamente desconhecia que a Senhora Dra. Marília Abelha, que há anos vinha sendo consultora jurídica do Hospital Distrital de Chaves, foi substituída pela Senhora Dra. Brigite Bazenga, sem qualquer explicação. Isso, realmente, é uma situação de justiça a toda a prova! O mesmo refiro na questão de dar a cara pelas posições e por situações - não sou leitor do "24 horas" – e não sabia da colocação da esposa do Jornalista Ricardo Costa, que é irmão do Senhor Presidente da Câmara de Lisboa e Ex-ministro, António Costa como Assessora da Senhora Ministra da Saúde. Fica tudo em família e aí nada há para criticar!
- O Senhor Deputado ***Manuel dos Anjos Montalvão Machado*** referiu-se à Feira do Gado. Teremos cuidado para que as obras cumpram os respectivos prazos e os acessos que mencionou estão previstos na execução da empreitada.
- Sobre a Lei Eleitoral referida pelo Senhor deputado ***Higino Silva***, encontro-me à vontade, porque quando foi solicitada a minha opinião, pelos Órgãos do meu partido, defendi que os Senhores Presidentes de Junta votassem os documentos essenciais, nomeadamente o Plano e Orçamento. É uma questão que está em aberto e a Senhora deputada Paula Barros estará, certamente, mais próxima do desenvolvimento do processo. A Lei está aprovada na generalidade, mas haverá ainda a discussão na especialidade, que levará, ou não, à sua aprovação. O PSD tem a sua posição no caso da votação dos Presidentes de Junta, que suponho será para manter.
- Registei a questão colocada pelo Senhor deputado ***Francisco Melo*** sobre o escoamento de produtos agrícolas. É um problema que existe habitualmente e neste caso pontual, é mais agudo. O Município de Chaves tudo fará junto da Cooperativa Norte Transmontano, para tentar resolver esta situação que só virá beneficiar os nossos agricultores e a agricultura em geral.
- O Senhor deputado ***Francisco Taveira*** fez alusão à política de Saúde, com a qual concordamos plenamente.
- O Senhor deputado ***Júlio Alves*** fez um discurso político. E o discurso político tem muito a ver com aquilo que a pessoa é.
  No seu discurso notam-se duas situações: a primeira mostra claramente o seu posicionamento interno no Partido Socialista. O Senhor deputado veio aqui tentar demonstrar que é uma pessoa a ter em conta.
  A segunda mostra que o Senhor deputado, como opositor ao concurso aberto pela Autarquia, está aqui a marcar a sua posição dizendo: «*se por ventura no decurso das provas que vou prestar, não vier a ser seleccionado, já referi antes que aqueles indivíduos fizeram tudo para eu não entrar*». São duas situações muito claras que aqui expôs e que eu não posso deixar de referenciar.

Sobre a perseguição política que mencionou, já houve aqui casos concretos referidos nomeadamente pelo Senhor deputado José Pimentel, que focou nomes, sem qualquer problema; o Senhor tem também a obrigação de o fazer. Quando vem a esta plateia falar em perseguição política deve ter a coragem de mencionar quem é o funcionário, demonstrar o que está mal e eu cá estarei para esclarecer a situação. Falar por falar não demonstra nada. Identifique por nomes onde e quem a Câmara perseguiu. O facto de as pessoas mudarem de funções – o senhor referiu-se a alguém que em seis anos mudou de funções quatro vezes – é muito natural, desde que a nova função da pessoa seja para apoiar outros Serviços ou Divisões, administrativamente, e ali faça falta. Um administrativo ou um auxiliar de serviços gerais, como assim se designavam até agora – hoje saiu nova legislação que reduz as carreiras a apenas três categorias – indica que o funcionário exerce funções genéricas. Se um Engenheiro Civil só pode exercer funções dentro da área da Engenharia Civil, um administrativo ou um auxiliar de serviços gerais exerce funções onde for necessário e isso é uma gestão de pessoal correcta. O que não é correcto é colocar uma pessoa no mesmo sítio e deixá-la ali durante toda a sua vida de funcionário; não é motivador para a pessoa, nem os Serviços beneficiam com a sua estagnação.
O Senhor deputado mencionou a "Associação Chaves Viva", mas tem de fazer a devida distinção. Numa Associação não há sócios. Estes existem nas sociedades comerciais. Vir aqui dizer que a Câmara é o sócio maioritário da "Associação Chaves Viva" não é correcto. Nesta Associação há cinquenta e dois associados – individuais e colectivos. A Câmara é um deles. Insinuou que não tem conhecimento dos contratos efectuados. Então o Senhor deputado não lê no Plano e Orçamento - que são aprovados neste Órgão - o valor que a Autarquia transfere para a mencionada Associação? Esse valor consta também do Relatório de Actividades e na Conta de Gerência, documentos também aprovados pela Assembleia Municipal. O Senhor quer mais transparência do que essa? Foi transferido o valor que esta Assembleia aprovou, na devida altura.
Aos Senhores Vereadores foi dito claramente que a Câmara é um dos associados da "Chaves Viva" e na Assembleia-Geral qualquer associado pode aceder aos contratos efectuados. Se o Senhor deputado está assim tão interessado em ver os contratos da Associação "Chaves Viva" amanhã mesmo dirija-se à sua sede e terá acesso a todos os contratos que quiser. O Senhor ou outra pessoa que assim o deseje. Não é nosso hábito fazer qualquer obstrução à consulta dos documentos. Só espero que tenha a coragem de vir aqui na próxima Assembleia dizer o que viu.
Diz também que a Câmara fez concursos para contratar mais setenta e uma pessoas. Já anteriormente aqui foi explicado que entre o número de vagas que foram abertas e o número de pessoas que temos com contratos, para além do quadro, existe uma grande diferença. Temos 130 pessoas para além do quadro e abrimos apenas 71 vagas. Recordo o que disse aqui, na sessão da última Assembleia Municipal: abrimos menos vagas que o número de pessoas que temos contratadas, para lá daquelas que fazem parte do Quadro de Pessoal da Câmara. O Senhor deputado não deve confundir estes com os concursos internos para as pessoas que sendo já funcionários da Autarquia, têm direito a aceder a outros patamares da carreira, cujas progressões estiveram congeladas. No final do ano de 2007 a Câmara permitiu que todos os seus funcionários tivessem a possibilidade de aceder aos patamares da carreira a que têm direito. Todos concorreram em iguais condições e em mais de cem provas realizadas houve sete pessoas que não conseguiram nota para subir; de referir que as provas foram feitas e corrigidas pelo CEFA. Esta situação é totalmente diferente dos concursos externos.

Insinuou também o Senhor deputado, na sua intervenção, que há alguém na Câmara Municipal que dá ordens aos fiscais para não cumprir a lei, levantando os autos conforme a cor política das pessoas. Então diga claramente quem é, quais os ficais que não cumprem a lei e as situações que conhece. Os fiscais são funcionários da Autarquia e a sua missão é fiscalizar cumprindo a lei. Ninguém pode dizer, e tenho a certeza que não diz, para olhar para uma construção de uma maneira e para a do lado de maneira diferente, se ambas estiverem nas mesmas condições. Se essa ordem fosse dada o fiscal podia recusar-se a cumpri-la. Se está a acusar o Presidente da Câmara ou algum dos Senhores Vereadores tenha a coragem de vir aqui e declarar claramente as situações, sob pena de ficar apenas nas suspeitas como tem acontecido noutros casos. Insinuações não. Queremos exemplos concretos.

O Senhor tem de vir dizer aqui quem foi que do executivo disse ao fiscal para ele actuar de forma diferente nas situações que insinuou.

Sobre e Estrada que liga a Bolideira a Travancas é verdade que a Câmara Municipal não está dotada de equipamentos para fazer a marcação das estradas e está, neste momento a decorrer um concurso, para esse efeito. A verdade é que sem ser desculpa, ninguém marca estradas no inverno porque os materiais utilizados, se não têm a temperatura adequada, quer no pavimento, quer no exterior, deterioram-se imediatamente. Há épocas do ano propícias para realizar este tipo de obras. O concurso que está a decorrer vai permitir que na época própria as estradas sejam devidamente marcadas.

- O Senhor deputado ***Manuel Cunha*** referiu o Parque Empresarial. O Parque Empresarial tem três valências – Parque de Actividades, Mercado Abastecedor e Plataforma Logística - e não é absolutamente certo que a Autarquia fizesse disso o seu único objectivo de desenvolvimento do Concelho. A Câmara Municipal - e o Plano Estratégico está aí para o provar - aposta não só nas actividades económicas, mas sobretudo no turismo e na cooperação transfronteiriça, áreas e missões específicas. O Parque pode ligar-se a duas delas – a económica e a cooperação transfronteiriça. A área do termalismo e a área do turismo estão a ser essenciais para o desenvolvimento da nossa região e isso nota-se no investimento privado e no dinamismo das actividades comerciais.

  Relativamente à ocupação do Parque Empresarial esclareço que Chaves, desde 1983, tem a zona industrial, que ainda existe, e ao fim de 25 anos ainda tem lotes livres. As empresas ali instaladas têm a oportunidade de se deslocalizar para o novo Parque. Nenhum de nós supôs que se faria uma estrutura destas e que no ano seguinte estaria totalmente ocupado com actividades. Para aquilo que é a normal ocupação de uma unidade desta natureza e a percentagem de utilização não só dos edifícios já construídos, como dos lotes que estão em processo de venda, é superior àquela que se previa.

  O Senhor deputado sabia que a Plataforma Logística de Barcelona demorou cem anos a ser totalmente ocupada? E quem há cem anos atrás destinou aquele terreno para esse efeito, hoje já não está cá para ver, mas teve razão na decisão que tomou. Se assim não fosse hoje Barcelona não tinha esta infra-estrutura, nem tinha o peso económico que tem.

  Esperamos que a nossa não demore cem anos, nem sequer dez, a ser ocupada. Devo dizer que já negámos a venda de lotes no Parque de Actividades, para não acontecer a confusão que existe na actual zona industrial. Esta Assembleia Municipal aprovou Regulamentos que estabelecem normas porque queremos dar qualidade a um espaço que tem as infra-estruturas adequadas, mesmo que essa qualidade acarrete a crítica política que aqui é feita neste momento mas, como noutras

circunstâncias, estou absolutamente convicto que não vai demorar muito tempo a que venham dar razão à nossa forma de actuação.

O **SENHOR DEPUTADO JÚLIO ELISEU DOS ANJOS ALVES** do PS – pediu a palavra, no uso do direito de resposta para dizer o seguinte:

"Se a Estrada da Bolideira para Argemil, não foi pintada durante a gestão socialista, eu não faço gestão de heranças. Estou nesta Assembleia Municipal há dois anos e alguns meses e ainda não me ouvir falar da gestão do Eng.º. Branco Teixeira.

Relativamente aos desafios lançados pelo Senhor Presidente da Câmara e pelo Senhor deputado Luís Geraldes, vou concretizar as situações que referi. Dos funcionários em causa, apenas um me deu autorização para divulgar o seu nome e é a ele que me vou referir – o Senhor Manuel Carlos Borges Abreu. É funcionário da Autarquia, tem a categoria de Auxiliar Administrativo e desde então anda a saltar de um serviço para o outro.

Sobre o concurso de pessoal, como o Senhor Presidente da Câmara sabe, eu já concorri noutra altura para o GTL de Vidago e fiquei classificado em 1º lugar na licenciatura de Geografia, conforme me foi dito pelos Senhores Vereadores do PS. Entretanto esse concurso foi anulado estrategicamente para eu não trabalhar no GTL de Vidago. Estou novamente a concorrer, de cabeça levantada, e quem tem curriculum e formação, vai à luta. Eu não tirei o curso na Universidade Independente, mas sim na Universidade de Coimbra è vou à luta até ao fim.

Sobre a questão da associação "Chaves Viva" eu não me referi aos contratos que a Câmara faz com a Associação, mas sim à forma como esta gasto o dinheiro, porque relativamente às transferências da Câmara estamos claros, não temos dúvidas e estamos todos de acordo; a Câmara é associada e o PS tem legitimidade para saber isso.

Sobre o concurso externo pergunto ao Senhor Presidente se não haverá mais isenção em fazê-lo com provas escritas do CEFA do que através de entrevista.

Relativamente à questão dos Fiscais, o Senhor Presidente não entendeu o que eu disse. Não está escrito que foram enviados os fiscais; o que eu disse é que acho espantoso como é que a situação da casa ao lado foi obrigada a obedecer a um conjunto de regras apertadíssimas, que foram cumpridas, conforme se pode verificar pelas fotografias apensas e os Fiscais disseram à proprietária da casa que tiveram indicações para de deslocarem ao local. Eu sou a favor da legalidade, mas o que eu pergunto é se as regras não são iguais para todos.

Ainda sobre a pintura das estradas, tenho ideia que a estrada que liga Chaves a Soutelinho da Raia foi pintada acerca de um ano e meio – Verão de 2006. E se foi pintada este porque não é a de Bolideira / Travancas?"

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** informou o Senhor deputado Júlio Alves que a Estrada de Soutelinho foi retocada, nos locais onde a pintura estava mais gasta, no Verão de 2006, mas não foi pintada a Estrada na sua totalidade. Tinha sido pintada num concurso anterior em que além desta foi também pintada a estrada de Carrazedo.

O Senhor deputado disse na sua intervenção que eu não o percebo, mas está enganado porque o percebo muito bem. O Senhor acha que foi algum político que mandou o fiscal agir de forma diferente? Essa é a resposta que interessa ouvir.

Também entendi a questão que colocou sobre a Associação "Chaves Viva".O que eu lhe respondi é que vá à sede da Associação e consulte correctamente todos os contratos feitos, cópias dos cheques, e o que entender, para se inteirar da forma como esta gasta o dinheiro. Os Senhores Vereadores recebem o Relatório de Contas da "Chaves Viva" anualmente e aí consta onde o dinheiro é gasto.

Sobre os funcionários deu o exemplo do Senhor Manuel Abreu, dizendo que é Auxiliar Administrativa, o que não é verdade. O Senhor Manuel Abreu tem a categoria

de Encarregado de Pessoal Auxiliar, o que é substancialmente diferente. Um Encarregado tem de ter funcionários para dirigir e o facto é que neste caso o referido funcionário não tem ninguém sob as suas ordens; mas tem de exercer funções, não pode ficar sem trabalhar.
O Senhor deu o seu exemplo no concurso para o GTL de Vidago. Quando a Câmara negociou com a CCDR ficou estabelecido que seriam colocadas dezoito pessoas, em determinadas áreas, mas apenas foram colocadas nove. Outras nove especialidades foram retiradas a conselho da Comissão, que assumia o pagamento dos seus salários, durante um ano. Dessa forma não foi só a área de geografia que foi suspensa, foram também outras oito. Vou pedir aos Serviços que me enviem os respectivos documentos para confirmação.
O SENHOR DEPUTADO FRANCISCO MELO do PS – fez um ponto de ordem à mesa, pelo facto da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estêvão ter pedido a palavra para intervir sobre a "Associação Chaves Viva", alegando que apenas deveria intervir na sua qualidade de Presidente da Junta.
A Senhora Presidente da Junta retirou o seu pedido de intervenção.

Entrou-se no "**Período da Ordem do Dia**"
PONTO 1 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL;

JANEIRO 2008

Dia 07 - Reunião com representantes do Turismo de Portugal*:*

- *Balneário Termal de Vidago e Musealização do Arrabalde*;

Dia 09 – Lisboa: *Estradas de Portugal; Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações; Ministério da Ciência, Inovação e Ensino Superior;*

Dia 16 – Porto: *Debate sobre Política de Saúde do Governo;*

Dia 17 -Conselho Municipal de Educação*: Bolsas de Estudo para Estudantes do Ensino Superior.*

- Conhecimento do novo Mapa Judiciário proposto;

Dia 18 – Saberes e Sabores de Chaves (abertura)*;*

Dia 19 – Casino (abertura);

Dia 23 – Informação sobre a continuidade dos Exames de Condução em Chaves*;*

Dia 25 - *Reunião com a Invesfer (Ecopista Chaves/Vila Real);*

- Homenagem a Professores Reformados desde Junho de 2005;

Dia 28 -Informação do Senhor Ministro da Administração Interna sobre a manutenção do número de efectivos na PSP de Chaves;

FEVEREIRO 2008

Dia 06 - Reunião dos Municípios da NUT III*: Candidaturas QREN;*

Dia 08 - Assembleia Geral do Eixo Atlântico*: Eurocidade;*

Dia 13 – *Feira do Gado em novo espaço;*

Dia 18 - Avaliação Externa da Escola Secundária Dr. António Granjo;

Dia 19 - Presença em Reunião da Ordem dos Engenheiros em Chaves;

Dia 22 - Contactos com diversas entidades e Instituições para recolha de dados que possam enriquecer o Plano Estratégico da Eurocidade;

Dia 25 - Entrega da Providência Cautelar para suspender o encerramento do Bloco de Partos em Chaves.

INFORMAÇÃO RELATIVA À SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO A 25 DE FEVEREIRO DE 2008.

1- Execução do Plano Plurianual de Investimentos:

2- Dotação Actual do PPI……25.326.784,02€
Dotação Cabimentada …… …… ……17.708.158,59€
Taxa de Execução Física do PPI …… ……..……..**69,92%**

2 – Execução do Orçamento:

2.1 . Execução do Orçamento da Despesa:

Dotação Actual do Orçamento …….. 53.421.659,35€
Dotação Cabimentada ……... 29.531.598,22€
Grau de Execução do Orçamento da Despesa …… ……**55,28%**

2.2 . Execução do Orçamento da Receita:

Dotação Actual do Orçamento……53.421.659,35€
Receita Liquidada …… 5.562.714,19€
Grau de Execução do Orçamento da Receita…… .**10,14%**

3 – Situação das Responsabilidades Financeiras Assumidas pela Autarquia:

3.1 . Responsabilidades Financeiras de Curto Prazo:

Data	Dívida de Curto Prazo
2007.04.19	**17.150.777,39€**
2007.06.22	**17.062.653,54€**
2007.09.21	**16.923.366,66€**
2007.12.17	**15.800.516,91€**
2008.02.25	**15.646.657,62€**

3.2 . Responsabilidades Financeiras de M/L Prazo:

Data	Dívida de M/L Prazo
2007.04.19	**17.440.638,10€**
2007.06.22	**17.269.143,66€**
2007.09.21	**16.940.169,44€**
2007.12.17	**16.627.506,67€**
2008.02.25	**16.432.449,45€**

PONTO 2. CONSTITUIÇÃO JURÍDICO-LEGAL DE UMA ASSOCIAÇÃO DENOMINADA VIDAGUSTERMAS – ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO TERMAL E TURÍSTICO DE VIDAGO. INTEGRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CHAVES NA REFERIDA ASSOCIAÇÃO. APROVAÇÃO DOS ESTATUTOS. PROPOSTA Nº.9/GAPV/08;

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** esclareceu que na acta da reunião do Executivo, por lapso se diz que os Senhores Vereadores do Partido Socialista votaram contra, o que não aconteceu. Os Senhores Vereadores fizeram uma declaração de voto, mas a sua decisão foi favorável à constituição da Associação. Essa rectificação será feita na próxima reunião de Câmara e fica também aqui esclarecida a situação.
Com esta Proposta pretendemos dotar Vidago de um Balneário Termal e desenvolver a Vila turisticamente. A forma utilizada é a criação de uma Associação, em que a Câmara Municipal, por virtude do número de unidades de participação, tem uma maioria, relativamente às restantes entidade participantes – Juntas de Freguesia de Vidago, Oura e Arcossó - e empresários, em nome individual. Está aberta a outras adesões, embora a Câmara tenha sempre mais uma participação do que o conjunto das restantes.
Utilizou-se a forma de uma Associação em vez de uma Sociedade, porque as Sociedades têm acesso a fundos comunitários, com percentagem a fundo perdido, até 50% e as Associações podem conseguir até 75%. A Câmara Municipal comprometeu-se a assumir a parte não financiável e fá-lo-à. Com um investimento privado de grande envergadura, e agora com esta Associação julgamos conseguir restituir o esplendor e a atractividade de outros tempos à Vila de Vidago.
Na próxima segunda-feira serão iniciadas as obras da reposição dos passeios na E.N 2, com a previsão de as terminar no final de Abril e foi já dada indicação de se fazer a candidatura para o relvado sintético no campo de futebol, através do Vidago Futebol Clube, na sua qualidade de proprietário do terreno.
PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE VIDAGO, Eduardo Alves Brás – disse que "em 2005 a VMPS/UNICER decidiu cortar com o passado e promover a reestruturação total do Complexo Turístico Termal de que é proprietária em Vidago. Para o bem e para o mal decidiu transformar Vidago num destino turístico de alta qualidade; apresentado o projecto ao governo e este classificou o investimento de interesse nacional – PIN. Se para o País e, de alguma maneira, para a Região do Alto Tâmega, o projecto tem muito interesse, o mesmo não é considerado pelas Juntas de Freguesia da Ribeira de Oura, nomeadamente as Juntas de Vidago e Oura. Vidago e toda a região da Ribeira de Oura sempre viveram à custa das Águas, nomeadamente do seu Balneário Termal. Com a construção de uma unidade hoteleira de categoria extra e de um SPA, com Balneário Termal incluído, de alta qualidade, todo o complexo passaria a funcionar como um "gueto" para as elites.
As Juntas de Freguesia de Vidago e de Oura, apercebendo-se disso, desde logo começaram a "exigir" um Balneário alternativo para a classe média, com valências que não colidam com as praticadas nas Caldas de Chaves. Esta preocupação foi levada à Câmara Municipal de Chaves e à VMPS, que, desde a primeira hora a acolheram da melhor forma. A Câmara Municipal de Chaves assumiu a liderança do processo e, depois de muito estudo e ponderação, decidiu avançar com a constituição de uma Associação para o Desenvolvimento Termal e Turístico de Vidago, que desde logo garantiu da UNICER o fornecimento de água mineral para que o projecto pudesse ter sucesso. Assim, nasceu esta Associação, que todos

esperamos seja aprovada nesta Assembleia Municipal, por larga maioria, para que não restem dúvidas.
Fica aqui o nosso agradecimento à Câmara Municipal de Chaves pelo que já fez, mas principalmente pelo que terá ainda de fazer, até que este projecto seja uma realidade. Se o for que ninguém fique com dúvidas. Será o maior contributo, dado até hoje, para o progresso desta região de Vidago nos últimos noventa anos. Espero que estas expectativas não saiam frustradas, porque aí as responsabilidades da Câmara seriam muitas. Perder o QREN, que tudo indica, será o último que beneficiará Portugal, seria uma desilusão muito grande. Estamos confiantes e esperamos que o Senhor Presidente da Câmara nos dê essa garantia".
Terminou perguntando ao Senhor Presidente da Câmara para quando está prevista a requalificação das Alamedas de acesso ao Parque Termal; a reabertura do Museu da Região de Vidago; a conclusão da requalificação dos passeios da EN.2; a requalificação das principais ruas de Vidago e mais algumas obras, que contribuam, para fazer de Vidago a sala de visitas do Concelho, nomeadamente a Ciclovia e o Centro Escolar do 1º. Ciclo.
FRANCISCO ANTÓNIO TAVEIRA FERREIRA do PSD – em relação à Vidagus Termas – Associação para o Desenvolvimento Termal e Turístico de Vidago – lembrei - me de uma tese de doutoramento escrita por um médico do Hospital de S. João, em 1948, sobre a aplicação da água de Vidago, directamente da fonte para a seringa e desta para os doentes, no tratamento da asma, particularmente as da fonte nº. 1.
As águas de Vidago são Minero-medicinais; foram durante décadas utilizadas no tratamento da asma, por aplicação intramuscular, e nos balneários da forma clássica e usual, nomeadamente através de banhos de imersão e por ingestão.
Desta riqueza termal que temos na região, com o tempo teremos de fazer uma potenciação das várias qualidades que possuímos. Carvalhelhos é fundamentalmente uma água para beber; Vidago tem características medicinais e outras e Chaves tem uma grande história em termos de tratamento de saúde e recuperação da saúde. Embora todas elas possam servir para tudo, o facto é que algumas têm mais indicação para determinados tratamentos e outras para outros. Todas juntas têm um potencial muito superior ao facto de cada uma delas ser utilizada isoladamente.
O tempo, particularmente a questão das infecções e a questão do desenvolvimento técnico e científico, veio tornar impossível esta técnica no tratamento da asma e hoje já ninguém é injectado para tratar a asma desta maneira. Há cerca de dez anos atrás tive necessidade de tratar de um doente que fez reacção e procurei saber a razão desta situação; encontrei publicações de 1968, nos Estados Unidos, dizendo que a aplicação das vacinas polivalentes tem vários agentes e verifiquei que as vacinas têm duas acções. Uma tem a ver com o que vai na vacina e outra tem a ver com o acto de ser estimulado o sistema imunológico; a reacção básica comporta-se para aqueles e também para outros. Há uma reacção geral e uma reacção específica.
Visando valorizar a área do Concelho que é Vidago e suas freguesias anexas, visando repor a tradição termal – o balneário caiu em importância com o passar do tempo – a parte comercial, toda a parte turística e a parte do desenvolvimento de imagem manteve-se, mas a parte termal ficou para trás, no desenvolvimento da região e pretendendo englobar a sociedade civil nesse mesmo desenvolvimento, repondo o poder público, face ao privado nesta questão que é a riqueza termal, promovendo-se um desenvolvimento sustentado daquela região, peço a esta Assembleia para votarem favoravelmente esta proposta, que na verdade deveria ser votada por unanimidade.
ANTÓNIO MANUEL PIRES DE ALMEIDA do PS – depois de cumprimentar os presentes disse que o termalismo constitui uma riqueza importantíssima no nosso

concelho e tudo o que seja para potenciar este recurso natural, que é um factor de desenvolvimento sócio - económico dos mais importantes que temos é bem vindo.
"É com muito agrado que eu vejo a constituição desta Associação Vidago/Termas. A constituição desta Associação não é uma panaceia que resolva as situações e temo que da constituição dessa Associação, à elaboração de um projecto, à fundamentação técnica dos pressupostos que possam estar na sua criação e no seu desenvolvimento, vai uma distância muito grande. Isto não é uma inovação do actual executivo e da actual Assembleia Municipal. No início dos anos 80 houve a constituição de uma Sociedade chamada SOVIP, que tinha como pressuposto o desenvolvimento termal de Vidago e Pedras, e teve o mérito de que a zona de jogo Vidago/Pedras fosse criada e estivesse em «Stand Bay» até há cerca de dez anos, data em que foi reactivada e só agora resultou na construção do Casino de Chaves, reposicionando-se da requalificação das Termas Vidago/Pedras, para o enriquecimento turístico de toda a região, com sede em Chaves.
A constituição destas Associações não é novidade para as gentes de Vidago, que, naturalmente entendem que são passos importantes, mas não decisivos para o seu enriquecimento e para o seu desenvolvimento. Espero e apelo para que não seja mais uma Associação sem continuidade; isto tem pés para andar, somos uma região riquíssima, que com as diversas diversidades podemos tornar-nos apelativos para muitos milhões de pessoas, que num raio de 200 km habitam na nossa zona de influência.
A UNICER veio concretizar uma ideia que já outras administrações tinham tido, deu os passos necessários e espero que também nós sejamos capazes de, na parte pública, acompanhar o desenvolvimento de Vidago com este equipamento. Mas para que haja uma estância termal é necessário que haja água mineral e o que deixou degradar a qualidade do balneário de Vidago, foi a falta de água, porque saia toda para o engarrafamento.
Deixo o alerta para a necessidade de termos um «Plano B», na eminência de a UNICER não garantir, à partida, a água necessária para o funcionamento do Balneário, explorando água fora da concessão – o que não será fácil – ou então como alternativa outro recurso que terá de ser ponderado.
Disse haver lombas excessivas e muito pronunciadas, na estrada nacional em Vidago, que é necessário corrigir. A rotunda que foi feita na confluência da circular ficou mal localizada e muito estrangulada o que dificulta o trânsito no local. É necessário corrigir esta situação.
O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu às intervenções que foram efectuadas pelos senhores deputados, mas em primeiro lugar informou a Assembleia que tinha já em seu poder a informação correcta sobre o GTL de Vidago. Inicialmente estavam previstos dezoito lugares, mas por indicação da CCDRN, que pagava as remunerações, apenas foram ocupados nove; os restantes nove foram eliminados. Espero que o Senhor deputado Júlio Alves venha a esta Tribuna pedir desculpa pelas afirmações que fez. Vamos de uma vez por todas acabar com afirmações e com suspeições que não correspondem minimamente à verdade.
O Senhor ***Presidente da Junta de Freguesia de Freguesia de Vidago*** e o Senhor deputado ***António Almeida*** nas suas intervenções referiram-se ao futuro balneário de Vidago. Há um protocolo assinado em que a UNICER cederá a água suficiente para o futuro balneário. O que a Empresa pediu e nós vamos fazê-lo, logo que estejam devidamente dimensionadas as futuras instalações, é indicar a quantidade de água necessária para o seu funcionamento. Há uma captação localizada em Oura que ainda não está em funcionamento e caso seja necessária, a Junta de Freguesia de Oura está aberta e disponível para que essa captação venha a ser utilizada para este fim.

O projecto de requalificação para Vidago e que inclui o balneário está enquadrado na Agenda Regional de Turismo e no Programa do Turismo de Portugal.
Relativamente à Ciclovia houve uma reunião com a da INVESFER – que é uma Empresa criada pelo Governo para tratar das vias abandonadas pela REFER que está nesta altura a elaborar uma candidatura conjunta a fundos comunitários para toda a zona norte – desde Bragança e Miranda do Douro, até ao Porto – no sentido de as transformar em eco-pistas. Nessa perspectiva a Câmara Municipal de Chaves não vai deixar de participar num projecto desta envergadura, que envolve toda a região norte, onde será enquadrado este projecto.
O Centro Escolar é uma candidatura do Município ao QREN.
O Senhor deputado Almeida referiu-se ainda à rotunda e às lombas de Vidago. Sobre a rotunda vamos ver o que está mal para corrigir. As lombas são da total responsabilidade das Estradas de Portugal; vamos tentar resolver a questão da água que ali se acumula. Na requalificação dos passeios será feita a drenagem da água para as respectivas condutas.
Posta à votação foi a Proposta aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 3 - ALIENAÇÃO DO PATRIMÓNIO HABITACIONAL – BAIRROS DOS FORTES E BAIRRO DE CASAS DOS MONTES – RECTIFICAÇÃO. PROPOSTA 2/GAPV/08;

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** esclareceu que esta proposta é apenas para conhecimento. Oportunamente veio a esta Assembleia um valor atribuído ao nosso Parque habitacional, depois disso foi publicada uma Portaria que altera as fórmulas de cálculo das habitações, que já fizeram 26 anos.
Para os valores em causa – próximo de cinco milhões, a diferença final não chega a vinte mil euros.
DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL SARMENTO do PSD – disse que no ano de 1992, foram vendidas casas aos seus moradores com um desconto de 80% sobre o valor da venda, que foi de dois mil e dez contos.
"Não foram muitos a comprar, apesar das casas serem novas e se situarem num dos locais mais nobres da cidade, mas a disponibilidade financeira dos habitantes era fraca. Em 2001 o Instituto colocou novamente as casas à venda, consultando todos os inquilinos do Bairro, pelo valor de 3.726 contos. As casas foram construídas em 1982 e actualmente o valor das casas – com o desconto de 80% - é de 4.500 contos.
A situação do Bairro é muito delicada e salvo casos pontuais de alguns inquilinos, que gastaram centenas de contos na sua reparação, a esmagadora maioria estão degradadas tanto interna, como externamente, porque o IGAP há mais de quinze anos que não faz obras. Os técnicos disseram-nos que a duração dos telhados seria de vinte anos, ora o Bairro já tem vinte e seis, daí a razão da degradação interna, onde, em muitos casos, entra água.
Eu sei que atendendo aos custos, o valor atribuído é muito pouco, mas o certo é que está ali um problema delicado. A Autarquia pretende vender as casas, mas a realidade é que estas se encontram muito degradadas e as pessoas que as comprarem terão de investir muito dinheiro na sua recuperação. Também não é compreensível que em 1992, cada casa custava dois mil e dez contos e hoje, muito mais degradada, custe muito mais. Para ser um Bairro Social degradado, apesar de o lugar ser um espaço nobre da cidade, este valor não será acessível à esmagadora maioria das pessoas que ali residem. Mesmo que sejam adquiridas e reparadas, os seus proprietários vão ter sempre o problema do telhado; os que comprarem terão de

os reparar, as outras terá de ser a Câmara a assumir a responsabilidade, na sua qualidade de proprietária das moradias.
O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** disse partilhar das preocupações do Senhor deputado José Pimentel, sobre a degradação das habitações, atendendo aos anos que já têm, mas esclareceu que os preços são calculados por Decreto do Governo e não pela Câmara Municipal. É certo que a Autarquia gostaria de as vender todas, o que não acontecerá, mas o certo é que há moradores interessados na sua aquisição. Sobre as que não forem vendidas assumiremos as responsabilidades dentro do que a Lei determina.
Posta à votação foi a Proposta aprovada com 95 votos a favor, 1 abstenções e zero votos contra. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 4 - REVOGAÇÃO DO ÓNUS CONSTANTE DAS NORMAS DE ALIENAÇÃO DOS LOTES INTEGRADOS NO LOTEAMENTO INDUSTRIAL DA COCANHA, SITUADO ANTERIORMENTE NA FREGUESIA DE OUTEIRO SECO E ACTUALMENTE NA FREGUESIA DE SANTA CRUZ / TRINDADE, CONCELHO DE CHAVES. PROPOSTA 11/GAPV/08;

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** esclareceu que este ponto pretende repor a justiça numa situação que marca um antes e um depois, relativamente a 1994. Em 1994 o executivo camarário alterou as normas disciplinadoras do Regulamento do Parque Industrial da Cocanha, introduzindo-lhe entre outras uma cláusula de reversão e ónus condicionantes dos actos de disposição ou de oneração dos lotes. Este facto criou desigualdades entre os primeiros adquirentes (antes de 1994) e os posteriores.
O que se pretende e está espelhado na Proposta em análise é dar a todas as pessoas que ali têm lotes, igualdade, no acesso e na forma de utilização dos mesmos.
Para discussão deste ponto usaram da palavra os seguintes deputados:
ANTÓNIO MANUEL PIRES DE ALMEIDA do PS – disse que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista analisou e debateu esta Proposta e constatou que existe uma evidência na realidade daquele loteamento.
"É uma evidência de desigualdade e parece-nos que esta Proposta da Autarquia vem no bom sentido de regularizar uma situação que, em nosso entender, promoverá maior igualdade, maior equidade e maior transparência. Todos os actos que defendam estes princípios terão a nossa concordância, pelo vamos votar favoravelmente esta Proposta".
PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE, José Joaquim Alves de Lima – cumprimentou os presentes e em seguida fez as seguintes considerações objectivas sobre esta Proposta: " Em 1983 o loteamento foi denominado Loteamento Industrial, justificando-se, à data, as regras estabelecidas para alienação dos lotes. Em 1994, foram alteradas as cláusulas 5ª e 6ª e disto resultou que quem comprou até 1994 pode vender, passar ou trespassar, sem quaisquer encargos. Quem comprou, ou quer comprar, depois desta data, está sujeito a encargos que, de alguma forma, impossibilitam o acesso ao crédito.
Neste momento a zona industrial passou mais a ser empresarial deixando de ser razoáveis as normas das cláusulas antes mencionadas. Nesse sentido concordo plenamente com a alteração das cláusulas porque estão a criar desigualdades e não revelam um sentido de justiça.
Posta à votação foi a Proposta aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 5 - PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO – CHAVES 2015;

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** disse que esta Proposta foi distribuída e apresentada na sessão anterior desta Assembleia, na qual foi aprovada, conforme consta da acta hoje também aprovada. Ficou registado em acta que o Partido Socialista iria solicitar, por escrito, uma outra discussão deste Ponto, mas não o chegou a fazer. De qualquer modo propus aos serviços para o incluir novamente na Agenda de trabalhos desta sessão.
Não vou repetir o que disse na Sessão anterior, apenas precisar uma situação. Este Plano Estratégico determina efectivamente aquilo que nós queremos para o Concelho de Chaves, no contexto da Região: um território de Actividades Económicas, de Turismo e de Cooperação.
Nesta missão há horizontes, há determinação, há objectivos específicos e operacionais, mas há ao mesmo tempo, uma calendarização das acções. Estão identificados 20 projectos iniciais.
Queremos construir um território equilibrado e esse território equilibrado obedece às regras nacionais. O Plano Nacional de Ordenamento do Território, enquadra o Plano Regional de Ordenamento do Território e os documentos de ordenamento do Município de Chaves.
O Município de Chaves é dos Concelhos do País que já tem uma Agenda 21 Local operacional, além da Carta Educativa, da Carta desportiva, da Rede Social o que vai permitir ao Concelho um sistema urbano sustentável. Além da cidade inclui os núcleos urbanos – 149 aldeias e lugares. Vai permitir a aposta na Sociedade do Conhecimento e daí haver candidaturas que permitam a criação de núcleos base, quer na educação, quer na formação e manter-nos bem colocados nas redes institucionais, seja com o Governo Central, seja com os Organismo Regionais – CCDRN e outros – seja a nível local com a ACISAT, ADRAT e outras entidades, seja mesmo no contexto transfronteiriço próximo, com o Projecto da Eurocidade que estamos a desenvolver.
DEPUTADO FRANCISCO ANTÓNIO CHAVES DE MELO do PS – disse que este documento demonstra uma preocupação de fazer uma elencagem de possíveis candidaturas aos fundos comunitários e também e uma importante acção de criação de novas instituições.
“Este é um documento para entregar à CCDRN e nele não consta esta Associação que hoje foi aprovada para Vidago, o que nos dá a entender que este Plano é essencialmente para enquadrar candidaturas. Não há uma organização de prioridades, mas o certo é que para as candidaturas podem ser definidas umas prioridades e a equipa dos Fundos definir outras e ficar uma obra que para nós seria mais importante, mas como não tem enquadramento, avançamos com outras que se enquadram e que por vezes estão no final da lista, o que torna difícil haver uma conciliação de vontades que possa ir de encontro ao interesse e à opinião de quem dirige os destinos do Concelho, nesta altura.
O Município não é o único actor em investimentos e Fundos Comunitários. A ADRAT tem um programa no âmbito do INTERREG onde tem uns milhões largos de intervenção e não está contemplada; no nosso entender um dos grandes problemas deste Estudo Estratégico são os «após» que vão dar a esse tipo de Instituições – a ADRAT, a ACISAT – e outras instâncias que vão concorrer também a Fundos Comunitários e que vão fazer intervenções no Concelho. Neste documento estratégico devia estar decido o papel de cada uma das partes, de forma a entendermos se este «PAZLE» institucional e de acção no território se encaixa, ou se andamos cada um para seu lado. No meu entender esse trabalho não foi feito e seria

importante, se entendermos este Plano Estratégico como um elemento conciliador da decisão política para o futuro.
Relativamente às grandes temáticas que aborda, está mais ou menos organizado em termos tradicionais; para cada acção são analisadas as vantagens e os inconvenientes do sector e pelas tentativas de responder, por um lado aos inconvenientes e lacunas que existem, mas também reforçar aquilo que achamos ser positivo.
Este documento, no meu entender, é de certa maneira contraditório nalguns sectores. Há uma sobre - informação no sector Agro Florestal, mas sobre a Agricultura, nas áreas da produção de hortícolas ou de cereais, ou na produção de leite, a informação é muito reduzida.
Em relação às relações estratégicas para o futuro, elas passam pelo sector de base. Há quem diga que é o melhor – continuarmos a fazer aquilo que sabemos – mas o facto é que não devemos descurar oportunidades, como a área das energias, que está a ser tratada sobre um ponto de vista macro – municipal e o enquadramento estratégico deste Plano, embora defina alguma conjuntura da envolvente, não aposta nesse mecanismo de rede supra – concelhio, ou seja: da área da Associação de Municípios do Alto Tâmega. O Plano tem os vários sectores, desde a educação e a ciência, mas também houve alguma retracção do investimento público e privado que faz com que, por exemplo, a questão do desenvolvimento e do crescimento sustentado hoje não possa concretizar-se da forma que aqui está expressa. No enquadramento territorial de base há algumas lacunas, nomeadamente no que respeita à população e à perspectiva de crescimento, bem como à composição interna; se por um lado diz que vamos criar muito emprego, pelo outro diz que não temos nascimentos nem crianças, o que demonstra algumas contradições que seria necessário analisar. Atendendo, possivelmente, a alguma urgência de elaborar o documento e de o enquadrar, não foi possível fazer um estudo mais aturado sobre esta situação, nem fazer também uma definição clara sobre os estudos e os programas que já se fizeram neste território, quer da Administração Local, quer da Administração super municipal e também dos organismos concentrados do estado, o que faz com que o documento seja bastante parcelar, na nossa óptica. Não digo, com isto, que seja um mau documento, é um bom ponto de partida para se fazer um bom Plano Estratégico mas, nesta altura, ainda é um documento introdutório a essas questões. É essencialmente um texto prático, dado que a sua parte mais importante é a parte dos anexos onde estão definidas as várias estratégias e as acções, que por vezes é difícil «coze-las» e entender qual é seu sentido de conjunto. Ás vezes fala-se que um objectivo é muito importante, mas depois o conjunto das acções que apontam para a execução desse objectivo, não corresponde à importância que lhe foi dada, porque são menores que acções noutros objectivos, menos importantes, onde há mais acções elencadas.
Em termos de execução temporal as obras mais importantes têm uma perspectiva de execução a partir, essencialmente de 2009, o que se entende, porque nesta fase de arranque dos Programas Comunitários, é muito difícil prever que as obras, os concursos e os projectos se possam executar no terreno em ano e meio, dois anos. É a partir dessa altura que as coisas acontecem, porque é necessário recolher autorizações das entidades de tutela, pedir autorizações sobre os projectos e tudo isso permite que este Plano seja pós-eleitoral das próximas eleições autárquicas. Não é visível que este Plano vá mesmo até 2015, já que algumas das acções aqui previstas, certamente que vão ser alteradas, porque em meu entender estão pouco sustentadas e o tempo demonstrará que não são as mais adequadas.
Em relação à Saúde e é ai que acho haver alguma surpresa, porque houve sempre a dualidade se a saúde diz respeito às autarquias ou ao estado; já oportunamente falei

aqui na lei de bases da saúde em que atribuía às autarquias alguma atenção nesta área e seria importante o Município criar uma plataforma de acção que permitisse encarar a prevenção. Uma das principais acções na área da saúde tem a ver com a boa gestão do património ambiental – a questão das águas, do bom ordenamento dos espaços e da utilização de pesticidas. Há uma componente de prevenção que diz respeito às autarquias e também aqui será possível alguma acção de coesão.
Em relação ao Ensino cinge-se muito ao ensino de iniciativa dita institucional, quer de escolas públicas, quer de escolas privadas como é a Escola Profissional, mas não refere todo o quantitativo de formação que é feito directamente pelas empresas e que devia ter algum enquadramento de volume, para se entender o que cada parte faz, e em que circunstâncias.
Também aqui foi descurada na perspectiva do desenvolvimento; está muito sobre as acções de promoção do fomento e do desenvolvimento da actividade económica, a acção pública no sector, mas está pouco caracterizada a acção privada. Mesmo no sector da saúde, além da questão dos Centros de Saúde e do Hospital, no nosso Concelho temos um conjunto de instituições privadas – centros de radioterapia, locais de consultas médicas das várias especialidades – que não são contabilizadas no volume que aqui se vê para a questão da saúde.
Essencialmente o documento peca por ter uma visão muito «camarária» da acção sobre o território, e a caracterização da envolvente. Devia conjugar todos os actores que estão no território, para ver se estamos a fazer uma acção duplicada nalguns sectores – poder autárquico e privados – que se podiam deslocar e arranjar sinergias nas áreas em que os privados não estão a entrar.
Os Vereadores do PS abstiveram-se na votação deste documento e a nossa bancada é de opinião que o mesmo necessita de ser continuado, no sentido de em cada um dos sectores se definirem todos os actores que intervêm no território. Um Plano Estratégico não é para desenvolvimento da acção municipal, mas sim do território do Concelho e aí há muitos parceiros. É certo que propõe algumas Associações – doze até agora – mas não está aqui dimensionado o sector privado. Se esta proposta fosse executada a Autarquia iria assumir custos públicos de gestão dos espaços e infra estruturas que quer criar, que se não as conseguir transferir para a iniciativa privada pode levar, a curto prazo, a um sobre encargo de fundos municipais que na redução da despesa pública, podem vir a ser complicados de gerir.
Não negamos que este estudo possa defender algumas candidaturas do fomento de actividades para o Concelho e a isso somos a favor, mas pensamos que algumas delas vão duplicar investimentos público - privados que já estão em curso, o que não nos parece adequado.
Dado que na última Sessão deste Órgão tive de me ausentar aquando da votação deste ponto, gostaria que ficasse em acta que a minha posição seria de abstenção".
DEPUTADO LUÍS GERALDES TERIXEIRA ARAÚJO do PSD – disse que quando o Partido Socialista pediu uma nova discussão deste ponto supôs que teriam grandes questões de fundo para analisar, mas que, pela intervenção feita pelo Senhor deputado Francisco Melo, verificou que as questões são mais de forma em relação ao próprio Plano.
"Na intervenção que fiz na sessão anterior já defendi este projecto, mas comungo da preocupação de alguns Senhores deputados desta Assembleia aqui expressa, por diversas vezes, com a vivacidade com que o Partido Socialista defende o privado. Eu venho aqui reforçar a necessidade de que o público reaja como contra ponto à excessiva privatização e, neste caso, acho muito bem que o poder autárquico local tenha na sua estratégia uma visão de manter tudo o que são as linhas mestras, económicas e sociais da Autarquia, de poder, no domínio público. Sou a favor das parcerias púbico – privadas, mas também entendo que a Câmara Municipal deve

manter as maiorias sempre necessárias. Se pontualmente houver uma outra instalação, como mencionou o Senhor deputado Francisco Melo, que a Autarquia tenha dificuldade em manter, será então, pontualmente analisado se se justifica, ou não, à posteriori, essa parceria.
No meu entender o público é muito importante, mas porque Portugal não tem tradição de domínio privado, com excepção da Gulbenkian, através do notável português - Doutor Azeredo Perdigão - que impulsionou a Fundação para a dimensão que hoje tem. Um homem de uma visão extraordinária e um homem raro.
Este Plano, a meu ver, também não tem que ser tão esmiuçado, porque o que acontece aos Planos estratégicos, quando são muito minuciosos, ficam por cumprir. O Programa tem de ser assim; apareceu esta hipótese de fazer esta Associação Chaves/Vidago e o Plano tem de ser suficientemente flexível para ir adoptando, durante a sua execução novas ideias, novos projectos. A meu ver o mais importante é os três instrumentos que contém: **1** - define claramente vinte obras prioritárias; **2** - calendariza as obras no espaço até 2015 e permite ao cidadão alguma fiscalização sobre o cumprimento das diversas etapas; **3** – enquadra -se nos diversos eixos e medidas comunitárias de financiamento, para se saber onde se vão buscar e não acontecer o mesmo que aconteceu com determinados projectos que acabaram por «morrer» com o tempo, nomeadamente a Ciclovia que nunca se encontrou financiamento para a sua execução. No meu entender estes são três pontos positivos do Plano Estratégico e que eu realço".
O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu às questões que foram colocadas pelos Senhores deputados, nas suas intervenções:

- Registei com atenção a intervenção do Senhor deputado **Francisco Melo** e tenho de concordar com ele quando diz que qualquer Plano Estratégico não é um documento fechado. É um documento que tem um princípio e se baseia em princípios, mas a sua execução pode levar a alterações.
Tem as características claras de um Plano Estratégico que são a adaptabilidade e a flexibilidade. A questão de Vidago, referida pelo Senhor deputado, vem no primeiro mapa do documento, organizado de forma clara relativamente às linhas do QREN, e tem a promoção do crescimento sustentado. Ai consta o Balneário Termal de Vidago, com as entidades participantes – Câmara, Governo e parcerias público privadas. Diz o Programa Operacional a que pode ser candidato e refere as medidas em que é candidato: "*Valorização Económica de excelência Turística Regional"* e "*Qualificação de Serviços Colectivos de Proximidade"*. Existe uma preocupação de precisar, caso a caso o enquadramento dos projectos.
Na discussão deste Plano houve a intervenção dos Partidos Políticos, de Juntas de Freguesia, da ADRAT e da ACISAT, que aportaram ideias e propostas ao documento, que como já disse, está organizado para sustentar as nossas candidaturas ao QREN. Há uma participação efectiva da sociedade Flaviense, através dos partidos políticos e das Instituições.
O Senhor deputado disse também que tem uma preponderância do Sector Florestal, relativamente ao Agrícola, mas existe uma razão prática e outra mais teórica; a razão prática é que existe mais dinheiro disponível para a Floresta - ao qual temos acesso – do que para a Agricultura. Isto porque a Agricultura tem um Plano próprio – o chamado Plano de Desenvolvimento Rural. A ADRAT tem uma participação muito activa, dado que ficou encarregada de elaborar o Plano relativo ao Alto Tâmega.
Sobre a Tecnologia já passamos por diversas fases e chegámos à conclusão de que mais importante do que um Centro Tecnológico, é um Laboratório ligado ao Ensino Superior e às Empresas que se vão fixando na nossa Região. É dessa forma que se desenvolve a Tecnologia. Nada como o tempo para nos ensinar. E aqui a forma mais correcta de sustentar esta evolução é a que temos preconizado. A questão de por

vezes haver disfunção, entre o objectivo que consideramos mais importante, e a quantidade de recursos disponível, do ponto de vista financeiro, pode acontecer, porque há, efectivamente, candidaturas que têm menos necessidade financeira, que outras, cujo objectivo é diferente. Há a preocupação do enquadramento e da justificação teórica, mas temos a visão prática dos recursos disponíveis.
Relativamente às novas competências estão, neste momento, aprovadas pelo Governo, transferências para os Municípios, na área da Educação. A previsão de que isso aconteça na Acção Social e na Saúde é também uma possibilidade, embora não se saiba quando e este documento precavê essa possibilidade, nomeadamente nos cuidados de saúde primários. Há pouco o Senhor deputado Francisco Taveira explicou aqui o que são a *"Saúde Pública"*, os "*Cuidados de Saúde Primários"* e "*cuidados diferenciados"*. É obvio que a Autarquia nunca pode vir a ter responsabilidade nos cuidados diferenciados, mas pode vir a ter responsabilidades na área da saúde pública e nos cuidados primários e é nessa medida que estamos a preparar-nos. Em relação à Acção Social iremos, em conjunto com as Juntas de Freguesia, começar a implantar no terreno as infra-estruturas; só falta determinar os custos financeiros da construção civil – já temos do mobiliário e a estimativa mensal da manutenção dos Centros de Convívio – para estabelecer os necessários protocolos com as Juntas que o desejem.
Recolhendo as aportações que foram feitas, continuamos abertos a que a implementação deste Plano Estratégico tenha toda a discussão que desejem e a colaboração de todos, porque o que aqui está em causa não são dividendos políticos específicos por cada um dos Grupos mas, efectivamente, o desenvolvimento comum dos cidadãos deste Concelho.

PONTO 6 - EDUCAÇÃO NO CONCELHO DE CHAVES;

O **SENHOR PRESIDENTE DA MESA,** informou que a Assembleia dispunha de hora e meia para debate deste último Ponto e para a sua discussão usaram da palavra os seguintes deputados:
ISAURA DAS DORES GOMES DE SOUSA do PSD – disse que este ponto vem na sequência do desenvolvimento do Plano Estratégico Chaves 2015 e espera que corresponda às necessidades de um ciclo a que se orgulha de pertencer – Ensino Básico/Primeiro Ciclo.
"A Educação é uma problemática a toda a prova e agradeço a oportunidade para a debater neste Fórum porque é um ponto de partida para uma análise global. E se nos situássemos apenas neste âmbito local, poder-se-ia referir que esta Autarquia se tem esforçado por responder, favoravelmente às «exigências/sugestões», colocadas pelos Órgãos do Poder Nacional e até mais.
Nem tudo corresponde, infelizmente, ao que se apregoa como eficaz, eficiente, ou educativamente saudável, para as nossas crianças e para os «jovens educadores», responsáveis pela tarefa do enriquecimento curricular – as tais actividades extra – lectivas - que decorrem das 15,30, até às 17,30h. Não vamos deter-nos neste aspecto. Limitar-nos-emos a convidá-los a uma observação atenta em cada escola e verificar, no local, como se desenrolam as actividades realizadas, como se comportam as crianças e como têm que agir os «educadores responsáveis» por esses tempos e espaços, sem deixar de verificar, também, as condições de trabalho que lhe são disponibilizadas.
Esta proposta trazida hoje aqui, ultrapassa em muito a "Educação no Concelho de Chaves". O nosso Concelho é muito pequeno para concretizar o nosso sonho ao longo de uma carreira tão ambiciosa quanto o tem sido a nossa realização pessoal – de um punhado de professores primários que se batem por mais e melhor Educação.

Há situações que nos levam a fazer alguma reflexão, concretizada no projecto que temos em mãos e que iremos discutir à frente:
1ª. - A visita da Senhora Ministra da Educação, na abertura do ano lectivo 2006/2007. Onde estão os resultados palpáveis dessa visita e quais os benefícios que nos trouxe e que custos? **2ª**. - A renitência em trazer a este Órgão a discussão sobre a Educação, enquadrada na mundialidade que, quer queiramos quer não, também nos pertence. Os conceitos, seus efeitos e consequências, as adesões à sua implementação de qualidade e, na sua globalidade, às exigências que nos impõem os recursos materiais que faltam, no âmbito do Programa PNEP, para satisfação das necessidades nesse mesmo projecto – porque humanos e pessoais temos suficientemente valiosos – as condições de trabalho e outras. **3ª.** - Na sessão da «Criação do espaço Eurocidade Chaves/Verin» apenas uma das «celebridades» da Mesa se referiu à necessidade de intercambiar a nível educativo. **4ª.** - O debate «Prós e Contras» da RTP de 08.02.25, deixou bem claro o estado em que a Educação se encontra, mas também alguns indicadores de sucesso – é o caso de Paredes com o professor do ano.
O sentido que nós damos à nossa profissionalidade é mesmo este. Somos uns Heróis. Com escolas do século XIX, os professores do século XX até conseguem ajudar a formar cidadãos do século XXI. Cito personalidades, entre elas o Senhor Dr. Américo Peres, que na sua tese de doutoramento disse «as nossas escolas envergonham-nos». A prová-lo pretendemos inverter os rumos que nos predestinaram. Os caminhos da Reforma Educativa só podem ser feitos com verdadeiros Educadores onde os Professores têm lugar de honra, um lugar cimeiro, a palavra-chave para o sucesso da Reforma Educativa. Por isso estamos aqui com a força das nossas convicções, do nosso empenhamento educativo, a desafiar esta Assembleia, esta Autarquia para Projectos que temos em mãos e que ligam o passado ao futuro através deste presente que é de todos. Todos somos responsáveis. E mais cedo ou mais tarde havemos de ser chamados a prestar contas e a responder por elas, e já o estamos a fazer com propostas muito concretas:
1 – *Criação de Centro de Estudo e Investigação* – Acção, onde os professores de todos os níveis de ensino/aprendizagem, de todas as idades, incluindo aqueles que por força das circunstâncias regressaram a casa num período de vida em que tanto tinham para dar, de todas as especialidades, possam construir materiais didácticos – recursos educativos - onde possam organizar as suas actividades, como educadores/as, onde possam intercambiar sentires e saberes com os restantes Educadores, constituindo-se em verdadeira Comunidade Educativa. Assim se cumpre o presente e se constrói o futuro.
2 – *Temos em mãos um projecto denominado PNEP* – Programa Nacional para o Ensino do Português – de que já demos conhecimento, ainda que muito breve, aos Senhores Presidente e Vice-Presidente da Autarquia. No «trabalho de campo» que fomos realizando pelas escolas, já que a formação se desenvolve no contexto real, ou seja, a escola onde os Professores Formandos desenvolvem as suas actividades, pudemos confrontar-nos com realidades verdadeiramente surpreendentes. A escola de Casas Novas, por exemplo, daria um belo Centro Educativo Teórico-Prático, se recuperada. Há alguns anos atrás projectámos algo semelhante para a escola de Lagarelhos, mas nada conseguimos.
3 - Não são muitos os *Museus Pedagógicos* a nível Europeu. Creio que há um em Barcelona e outro na Holanda. Poderíamos ser pioneiros também neste campo, preservando um passado Educativo que faz parte da nossa História. Verin tem um Centro de Recursos organizado. Nós nem temos uma Biblioteca para os Professores poderem ler. Por alguma razão nos foi concedido o 6º lugar como Cidades Educadoras. Gostaríamos de saber mais sobre este assunto.

4 – *A construção da cidadania Europeia Chaves-Verin* – Projecto Eurocidade, que pode fazer-se a nível educativo também. Aliás será dar sequência a um intercâmbio já iniciado entre a Escola de Santo Amaro e o Colégio Amaro Rebojo de Verin, com quem mantivemos relações educativas muito saudáveis, através do "Programa Ponte nas Ondas".
5 – *A revitalização dos "Cursos de Verão"*, poderia tornar-se outra realidade. Há disponibilidade da UTAD/Programa PNEP, da Faculdade de Ciências da Educação de Ourense, com quem mantemos cumplicidades Educativas muito profundas. O Próprio Ministério da Educação, através deste Programa, poderá ser o primeiro aliado, a ESE de Bragança, a ESE do Porto, a UM todas implicadas no PNEP, todos juntos somos capazes de construir a Educação.
6 – *A EPN - Escola de Pais Nacional*, da qual já existe uma Delegação em Chaves, estamos a tentar revitalizá-la com gente jovem e consciente dos seus valores na Formação de Pais/Encarregados de Educação dos nossos alunos. É certamente um projecto de vanguarda traduzido numa proposta ousada, utópica, quiçá como tantas outras que temos posto a funcionar, mas é uma proposta que vem tomando forma numa aposta que pretendemos seja de todos e pretendemos expandi-la de norte a sul de Portugal, atravessar o Atlântico, porque temos pontos concretos no Brasil, com quem faremos intercâmbio; a Galiza aqui próxima/Espanha, tornando-a universal através de um blogue que já está criado para os Educadores que o desejem, poderem participar".
PAULA CRISTINA BARROS TEIXEIRA DOS SANTOS do PS - disse que a inclusão deste ponto na Ordem de Trabalhos é a inclusão de uma temática que é profundamente grata para o Partido Socialista.
"O Partido Socialista desde sempre assumiu as suas preocupações com a Educação, com um ensino público de qualidade e universal. Neste momento penso que, se fizermos uma leitura retrospectiva percebemos que, hoje – 2007 - nada está igual e nomeadamente neste ciclo, a que a anterior oradora fez referência, nada está igual ao que existia em 2005. No meu entender, o nada estar igual significa uma aposta clara, sustentada, naquilo que é uma escola pública de qualidade, a tempo inteiro, para todos.
Poderemos dizer que não está tudo bem, mas é o normal e decorrente de qualquer mudança profunda, no que diga respeito a um serviço da dimensão, que é o serviço da educação em Portugal. Aquilo que temos a certeza é que neste momento os nossos alunos e, nomeadamente os nossos alunos de 1º.Ciclo, usufruem de uma Escola a tempo inteiro, que não usufruíam há tempos atrás; usufruem de uma escola que lhes oferece, para além das áreas curriculares determinadas, actividades de enriquecimento curricular, para todos, às quais todos podem ter acesso gratuitamente. – o Inglês, a Educação Musical e a Educação Física.
Dado que este ponto diz claramente " A Educação no Concelho de Chaves" e dado que nesta matéria da Educação há diversas competências que são partilhadas com as autarquias e porque sabemos que a Autarquia de Chaves tem feito um exercício, um trabalho de casa, que vai no sentido de aplicar da melhor forma aquilo que têm sido as orientações, no sentido de conseguirmos começar desde cedo a qualificar os nossos cidadãos da forma que todos desejamos, para que possam ser cidadãos mais completos e mais inteiros, há algumas preocupações que o Grupo Municipal do Partido Socialista gostava de deixar aqui, para que o Senhor Presidente nos possa esclarecer e até indicar as áreas em que a nossa intervenção possa vir a ajudar a construir a Escola que todos desejamos.
Começo pelos Transportes Escolares. A legislação que foi aprovada nesta matéria veio de encontro ao que são as preocupações de segurança e da qualidade no transporte das nossas crianças. Gostava de saber como estão a funcionar, neste

momento os Transportes Escolares, até porque o número de alunos a transportar é superior, por força do Reordenamento da Rede Educativa, em termos de segurança e da própria qualidade no transporte das nossas crianças.
Sobre as Actividades de Enriquecimento Curricular, às quais todos reconhecemos elevado interesse e elevada importância, sabemos que a Autarquia tem responsabilidades muito importantes; gostávamos de saber da relativa qualidade de algumas destas actividades e pedimos ao Senhor Presidente que nos esclareça quais são os critérios para recrutamento dos monitores que apoiam estas actividades. Se está a haver dificuldade em encontrar monitores que reúnam as condições que são exigíveis para uma formação de qualidade e quais são as condições que estão criadas nas escolas de acolhimento dos alunos. Inicialmente houve necessidade de recorrer às instalações do Centro Cultural e gostávamos de ser esclarecidos sobre estas questões e saber a resposta que está a ser dada a esta matéria.
Porque a questão das qualificações não se resume e nem se prende só ao 1º. Ciclo do Ensino Básico, mas porque temos em pleno desenvolvimento um Plano Nacional de Qualificações, associado ao Programa "Novas Oportunidades" em que estão envolvidas as escolas secundárias públicas, as escolas profissionais, com o alargamento da oferta da componente profissional aos alunos, Programa este que já permitiu recuperar milhares de alunos que não completaram o seu nível de formação secundária e que neste momento estão nas escolas.
Também gostava de saber, dada a sua responsabilidade, ao nível da Escola Profissional de Chaves, como é que esta Instituição está a responder a este desafio. Há alguma interligação entre a oferta desta Escola com a oferta das Escolas Secundárias; se a Escola Profissional foi afectada com deficit de alunos porque as escolas públicas estão a assumir esta oferta. Gostávamos ainda que nos confirmasse, ou não, se temos professores na Escola Profissional a leccionar horários de 30 horas lectivas semanais.
No Ensino Superior gostávamos se saber em que situação está a oferta de Ensino Superior Público em Chaves – a fase de andamento deste processo.
Há cerca de meio ano foi discutido numa Sessão desta Assembleia Municipal a questão da exoneração do director da Escola Superior de Enfermagem, três meses antes da conclusão do respectivo mandato. Nessa altura o Senhor Presidente disse-nos que havia uma mudança de paradigma no que se pretendia em relação à Escola Superior de Enfermagem, gostávamos que nos esclarecesse relativamente ao Ensino Superior, via Escola Superior de Enfermagem, se se efectivou essa mudança de paradigma e qual a evolução da situação.
Em relação ao Quadro de Referência Estratégia Nacional e às candidaturas dos nossos Centros Escolares, que são desejáveis para potenciar a vontade que temos de oferecer uma escola de qualidade; tal como disse a Senhora deputada Isaura, temos material humano, mas falta-nos crescer em termos físicos e gostávamos de saber em que fase está. Sei que as candidaturas ao QREN ainda não entraram, para quando e como, porque queremos dar o nosso apoio para que a qualidade da educação no Município de Chaves, seja uma realidade".
PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE OUTEIRO SECO, Altino Alves Rio – cumprimentou os presentes e em seguida disse que foram raras as vezes que usou da palavra neste Órgão, porque se sente bem representado pela sua bancada e, em termos de Junta de Freguesia, Outeiro Seco vai bem e recomenda-se visitar, viver, participar e investir. Hoje está a fazê-lo, na qualidade de profissional da educação, em final de etapa e porque se encontra em condições de partilhar com todos, algumas experiências que acumulou nos vários cargos que ocupou.
"Numa breve referência histórica da educação relembra que o actual modelo é herdeiro do período pós II Guerra Mundial, na Europa, com a missão de proporcionar

qualificações gerais e específicas necessárias à ocupação de empregos disponíveis, resultantes do crescimento contínuo da economia – a escola ao serviço das empresas. Aos sistemas educativos cabia e ainda hoje cabe, a principal missão de formar os recursos humanos necessários ao desenvolvimento da economia nacional, motor de desenvolvimento global dos países. Por isso os sistemas educativos não se desenvolveram. A expansão dos sistemas de ensino e de formação, tem sido historicamente, não tanto uma função de qualidade da educação que se quer promover, mas do mandato económico dominante e dos seus ordenamentos correlativos. Foi esta a razão histórica e sobre estes princípios abstractos de cidadania e de igualdade que se fundou o modelo moderno de educação escolar. Os sistemas educativos cresceram mas não se desenvolveram, pese o seu enorme alcance social, o que, não constitui razão nem sustentação suficiente, para evitar uma profunda crise e para sermos obrigados a diagnosticar-lhe um grande futuro. Não haverá tempo para analisar esta crise dos sistemas educativos, pois os seus limites são bem evidentes, mas antes compreender como Portugal se contextualiza no mundo que o rodeia, qual o ponto de situação do Concelho de Chaves, como vai a reforma e as pontes para o futuro.

Começaria por situar a educação no conjunto dos países da OCDE e concluir o atraso estrutural educativo em que Portugal se encontra – estes dados foram retirados do relatório da OCDE – Education at a Glance (2006). Estamos em todos os itens no final da cauda da EU e da OCDE. Apenas 25% da população portuguesa atinge o nível secundário, comparado com a média da OCDE e U.E – 67%. A República Checa atinge os 89%, os Estados Unidos 88% e França 65%.

Número médio de anos no Sistema Educativo. Portugal é o último neste Ranking – apenas 8 anos – sendo a média da OCDE de 12 anos, a Noruega atinge os 14 anos, o Luxemburgo 13, a Suécia 12 e Espanha 11 anos.

Um dado interessante é o desempenho em Matemática e despesa por aluno; Portugal só tem abaixo a Grécia e o México. Outros dados estão plasmados neste relatório, que recomendo uma leitura.

Houve, no entanto, países que conseguiram fugir desta situação através de uma mobilização nacional em que a causa foi a educação, com fortes investimentos neste sector, durante vários anos.

Alguns dados curiosos: Há vinte anos a Coreia tinha uma das menores taxas de desempenho educativo. Actualmente 97% da população do grupo etário 25-34 anos completou o 12º. Ano; na Finlândia 93% dos alunos atingem o ensino secundário. Os esforços, neste país de combate ao abandono escolar são feitos numa óptica de «pesca à linha», cada aluno é um caso a atender.

Continuidade (do Impasse): Portugal estará em 2079 na média da OCDE de 2004 – 12 º. Ano (o Norte só em 2087). Necessitamos de 70 anos para nos colocarmos a nível dos Países da OCDE - 2004.

Em consequência dos investimentos na educação, como se sabe, são dos mais rentáveis a médio e longo prazos, estima-se que a um aumento de um ano de escolaridade no nível médio de habilitações da população se encontra associado um aumento entre 1,1 a 1,7% nas taxas de actividade e de emprego. Este atraso estrutural da educação tem diversas justificações, sendo certo que o obscurantismo educacional do período do estado novo foi decisivo e que os 34 anos de democracia, pese avanços significativos (massificação do ensino/alargamento da escolaridade obrigatória, investimentos estruturais), não foram suficientes para nos situar em lugares confortáveis, no contexto internacional. A educação no Portugal Democrático caracteriza-se por uma postura centrada na retórica centralista, (de cima para baixo), as reformas são avulsas e experimentais, sem um rumo determinado, sem uma ampla base de apoio político e sem nunca ter sido considerado uma causa nacional.

Todos os anos temos uma causa nacional, que não a da educação – ou é o Centro Cultural de Belém, a Expo de Lisboa, a Ponte Vasco da Gama, os Estádios Nacionais e já estão agendados novos investimentos para breve, o TGV, novo Aeroporto e outros se seguirão.
E assim caminharemos eternamente neste penoso caminho da educação e qualificação dos portugueses, até que se fechem, definitivamente, os fundos estruturais. Só espero que o novo GREN, que promete milhões para a Educação e Formação, não sirva apenas para enganar as estatísticas, conforme projectos em curso, mas sim um investimento sério, que dote o País dos meios necessários (estruturas físicas e recursos pedagógicos, dotação de redes que mobilize a sociedade civil, instituições com os diversos fins, agentes económicos e canalize essas sinergias para a educação), que permita qualificar verdadeiramente os portugueses.
No contexto local: Recorrendo aos dados fornecidos pela CCDR-N, o Norte apresenta um atraso educativo em relação à média nacional. A taxa de conclusão do 12 º ano, em média nacional é de 42,7%, enquanto no Norte é de 34,3% e especificamente em Trás-os-Montes é de 38,1%. É agradável verificar que estamos acima da média do Norte.
O Concelho de Chaves é dos que contribuiu com uma taxa mais elevada para esta média. Conclui-se pois que o Norte apresenta um atraso estrutural em relação ao todo Nacional, mas Chaves destaca-se pela positiva. Alguma justificação para esta situação positiva encontra-se no enfoque dado ao investimento das famílias na educação (possivelmente pela ausência da sedução do emprego fácil – caso do Vale do Ave), pelo bom trabalho realizado nas escolas e pela intervenção das diferentes gestões autárquicas, com destaque muito especial para a actual.
A este propósito, não querendo recorrer ao auto elogio, dado que integrei, com muito prazer, a equipa da educação, da Autarquia, nos últimos anos, mas por uma questão de justiça devo mencionar alguns avanços estruturais e conjunturais decorridos neste período. Esta Autarquia criou uma Divisão própria, estruturou o ensino, com amplo sentido democrático, com igualdade de oportunidades para todos (exemplo os Projectos “Raízes” e “Viver a Escola”) e norteou-se por intervenções de qualidade. Destaco a aprovação da Carta Educativa - incluída no 1º lote das 38 a nível nacional - sem garantia inicial de financiamento (foi um grande acto de coragem do Senhor Presidente da Câmara); Reorganização da Rede Escolar (com dignificação das escolas de acolhimento - reconhecida pelo ME, com a presença da Sra. Ministra na abertura do ano escolar); implementação das actividades de enriquecimento curricular - foi um esforço enorme; apoio aos transportes escolares (há problemas que as escolas não conseguem resolver por causa dos horários, mas todos os alunos são atendidos, mesmo que seja um táxi a transportá-los. É uma situação de igualdade de que esta Autarquia nunca abdicou); aquisição de viaturas de transporte de alunos; investimento tecnológico – todas as escolas tem hoje computadores); rede de comunicações gratuita (todas as escolas têm telefones); alteração do aquecimento de lenha para gasóleo e gás natural. (Quando entrei para os Serviços eram tudo a lenha); novo mobiliário e equipamentos didácticos; criação de um Centro de Recursos Educativos, dinamização de diversas actividades pedagógico/didáticas; apoio aos projectos de actividades das escolas subsidiados; integração de Chaves na rede das Cidades Educadoras; manutenção e realização de pequenas obras nas escolas, mapeamento e elaboração de projectos para os Centros Escolares da Santa Cruz/Trindade e Vidago e diversos Mini Centros Escolares.
Em Transportes Escolares a Autarquia disponibiliza um milhão de euros, dos quais o Estado - que tem essa responsabilidade directa - contribui com menos de um terço. Na Reorganização da Rede Escolar, onde eu tive uma quota parte de

responsabilidade, foi-nos imposto pelo Ministério da Educação, a meio do ano escolar, que as escolas de acolhimento tivessem melhores condições, obrigando a Autarquia a despender cerca de 500 mil euros na sua preparação, tendo o Estado contribuído com apenas 50 mil euros. E são as autarquias tão injustamente e ferozmente atacadas por este governo de despesistas, quando são estas que têm de resolver a maioria dos seus problemas e apresentam índices de maior produtividade.

A Reforma do Sistema Educativo em Curso: O estado actual da educação em Portugal apresenta atrasos estruturais, nomeadamente organizativos, de estruturas físicas, mas também de mentalidades. Como foi evoluindo, na perspectiva da resolução de problemas pontuais, sempre com um Estado retórico/centralista, distante, desconhecedor dos contextos reais da educação, foi chegada a hora de reformar o sistema educativo, aproveitando o facto deste Governo possuir maioria absoluta. Digo-o com convicção da pior maneira possível. E Justifico fundamentando pela ausência de um cronograma definido – veja-se a avaliação dos professores a meio do ano lectivo – sem uma auscultação aos intervenientes directos, imposta de cima para baixo e o pior de tudo, um processo contra as pessoas que habitam as escolas, com arrogância, prepotência e inflexibilidade nunca vistos pós 25 de Abril - veja-se a infeliz expressão esses "professorzecos".

A sociedade inicialmente aplaudiu esta estratégia, a avaliar pelas sondagens, mas, progressivamente, foi tendo consciência que esta metodologia não levaria a lado nenhum, sem que as pessoas fossem ouvidas sobre as políticas que os implica e mobiliza para a profissão. Parece que a estratégia da implementação da actual reforma educativa é feita colocando uma cortina que separa os gabinetes da 5 de Outubro da realidade concreta, que só intervém no processo os que à partida vão dizer ámen – os que ficam de fora são de outros partidos ou apelidados de comunistas.

Ninguém consegue compreender esta estratégia, e por isso os especialistas, os professores individualmente ou integrados nos órgãos das escolas, os alunos, as organizações de classe, as concentrações por SMS… mobilizam-se, alertam para a forma apressada de fazer uma reforma, as incoerências e ilegalidades legislativas que contém, (que os Tribunais vão dando razão) que a seguir esta lógica vai conduzir à desmotivação, ao acréscimo de burocracia, em prejuízo da preparação e execução das aulas, transformando o que poderia ser uma avanço num retrocesso, impedindo que sejamos a cauda do pelotão e, consequentemente, tornar um País de pessoas cada vez mais infelizes e deprimidas. Uma vantagem teve este percurso – conseguiu unir a classe dos professores, em torno de um objectivo comum – dizer não a esta política educativa.

A este propósito cito Joaquim de Azevedo "…O País de hoje, em sentido lato, é um navio cheio de gente doente, que ruma não se sabe para onde, fazendo-nos recordar o tempo das pestes da Idade Média. É evidente que há uns quantos lugares confortáveis e sãos na embarcação. Mas ela perdeu leme e velas. O seu objectivo, agora, é apenas navegar, receber combustível só para não parar, seguir sempre em frente, mesmo que seja para alcançar o lugar nada - nenhum, este é o navio de todos os riscos, aqueles que era e ainda é o de todas as oportunidades."

Se o problema da educação tem um enfoque especial na escola, " mãe de todas as tarefas educativas", ela que por si só não resolve todos os problemas da sociedade. Citando Roberto Carneiro " …sustentamos que a propriedade emergente fundamental das novas comunidades em auto-organização, no século XXI, é a Educação. Pessoas que aprendem, empresas que aprendem, organizações públicas que aprendem, em continuidade e sem descanso, serão os átomos construtivos das moléculas sociais que acrescentaram valor à comunidade do futuro".

Direi que deverá haver apenas uma comunidade ao serviço da aprendizagem de cada uma e de cada um, em qualquer lugar, a qualquer hora, qualquer que seja o ponto de partida. Museus, teatros, associações culturais e recreativas, fábricas, organismos públicos estatais, centros de saúde, jornais, bibliotecas, bombeiros, serviços de segurança pública, colectividades de bairro, juntas de freguesia, todos são convocados para serem actores de socialização, tecedeiras de capital social, factores de abertura e comunicação intercultural. Este é o novo referente para pensar uma comunidade, humanizando-a. Uma educação que já não se resume às escolas, que não se confunde com ensino. O que está em jogo é aprender a todo o tempo, em todo o lugar e ao longo da vida. Mas não é só aprender, como um acto social descarnado ou neutro é antes aprender a viver juntos, conforme recomenda o relatório da UNESCO "a educação um tesouro a descobrir".
Subjaz a estas perspectivas uma ideia central para a educação que consiste em ajudar cada uma e cada um a conhecer-se, a conhecer o outro e a transformar a interdependência real entre os humanos em "solidariedade desejada", em capacidade real de viver juntos, partilhando a incerteza da evolução das sociedades inscrita no nosso destino comum.
Termino, tal como o meu colega Santa Abelha, citando Manuel Alegre: «…venho dizer-vos que não tenho medo/a verdade é mais forte que as algemas/venho dizer-vos que não há degredo/quando se traz a alma cheia de poemas»".
MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – disse que se quisermos ver um País que resolveu os problemas da educação, sem computadores, sem confusões é só ver o que aconteceu em Cuba, de 1960 a 1970.
"Na realidade, qualquer observação técnica sobre como se ensina, sem computadores, sem inglês, sem meios complementares, apenas se precisa de vontade e de projectos. De boca, nunca foi por falta de paixão na educação, mas educação para o rigor. Nós temos um Primeiro-Ministro que quando quis fazer um curso superior não quis aprender, quis ter um diploma e é essa a mensagem dos tempos actuais – não gostar de conhecer em profundidade - é a cultura do facilitismo, do papel, do formalismo. E é nesse problema que vive actualmente o Ministério da Educação e a questão do ensino em Portugal. Ouvindo na teoria é tudo perfeito, mas nada tem a ver com o mundo real.
PS e PSD durante trinta anos estiveram no Ministério da Educação; se a culpa não é dos políticos de quem é que pode ser senão dos professores? Tiveram sempre a gestão da educação na mão e se estamos na cauda da Europa, só pode haver uns culpados – os professores. Vamos agora acreditar que os Senhores Ministros, os Senhores Secretários de Estado, tão inteligentes, tão competentes, não conseguiam resolver tudo? Nada. Os professores são quem não conseguem resolver.
Relativamente ao Ensino Superior foi construído um edifício, pela actual Autarquia, e os Governos não deixaram que o Ensino Superior Público viesse para cá. A Câmara, como accionista principal da Escola de Enfermagem, tem tido muitas dificuldades; a questão dos Cursos Técnicos de Saúde já se colocou há muitos anos – foi aqui apresentada pelo Presidente da Câmara por diversas vezes – vão chegar agora e eu aviso já que vai ser um fiasco completo, porque neste momento as duas profissões em Portugal onde a oferta é superior à procura é nos Técnicos Superiores de Saúde e Enfermeiros. É mérito da Autarquia ter construído um edifício para o Ensino Superior, mas a UTAD continua a funcionar fora dessas instalações. É admissível para o Governo, para a Universidade e para a Autarquia, numa altura de tanta crise económica, com tanto para fazer, que haja um edifício com todas as condições e continue vazio, e haja uma Universidade Pública a funcionar nas condições que todos conhecemos?

Li muito sobre o Ensino Básico e "não pondo em causa questões pedagógicas de número – é evidente que se não houver alunos não pode haver escolas - a discussão começou com 5 alunos, depois passou para 10 e vão fechando as escolas nas aldeias todas, o que é um erro. É um erro estratégico para o País e demonstra que o Governo não acredita e a Autarquia, em parte, também vai por esse caminho, não colocando em causa a sua boa intenção, com a qual discordo completamente, porque, em meu entender um Centro Escolar com quinhentos alunos, não é o melhor para eles. A Rede devia ser de outra forma. É o mesmo que na Saúde. Em nome do Hospital ideal, que não existe, nem oferece condições, arrasa-se tudo em volta porque a "X" quilómetros vai haver esse Hospital ideal. Na Educação, em nome da escola ideal, que é feita com pessoas e não com instalações magnificas, com piscinas (eu frequentei numa escola muito simples e formei-me em medicina) etc. Haja vontade dos professores e, se calhar aqui o Governo em vez de atirar com pedras aos professores, tinha de negociar com os sindicatos. Os professores estão dispostos a não se fechar nas suas funções rígidas de educadores e a abrir-se à comunidade, a fazer o ensino recorrente nas aldeias, a dar apoio, a inserir-se. O projecto é um, mas não tem nada a ver com o modelo de sociedade que estamos a construir porque estamos a divergir completamente desse modelo. Não se faça é demagogia em cima disso.
O que a CDU gostava de manifestar aqui em relação ao Ensino Superior e às Políticas Nacionais de Educação já o disse. Em à Reestruturação do Ensino Básico entendemos que o projecto e os objectivos deviam ir para escolas de dimensão média e mais uma vez vemos como é que a União Europeia, através da imposição de que só há subsídios para escolas com determinadas dimensões, nos vai retirando a democracia, nos vai impossibilitando de tomar as nossas decisões. Eu entendo quando o Senhor Presidente da Câmara diz – é tudo muito bonito mas se eu quiser uma escola com 50 alunos não tenho fundos da União Europeia. Isso é o bom exemplo de como dizem que as decisões devem ser tomadas o mais próximo possível da base, mas as normas de cima vão impondo malhas de actuação onde a democracia tem cada vez mais dificuldade em se movimentar. A Senhora deputada Paula Barros perguntou sobre os transportes escolares; até parece que vamos ter um País que anda todo de transportes - na saúde, na justiça, na educação. Vivemos num País pequenino e estes projectos podiam ser feitos a uma dimensão diferente, se se contasse com as pessoas, mas os tempos modernos de evolução não têm nada a ver com as pessoas e o exemplo disso são o tipo de pessoas que estão à frente dos destinos do País, que não têm nada a ver com o Dr. Mário Soares, com o Dr. Sá Carneiro e todo um conjunto de pessoas ligadas aos partidos de poder, mas que tinham uma visão completamente diferente do mundo, daquele que têm agora os senhores que mandam em nós".
DEPUTADO LUÍS DIAS DE CARVALHO do PSD – disse que este tema – Educação – deveria ser tratado como ponto único numa Assembleia Municipal, porque se trata de um assunto que diz respeito a toda a nação e, neste caso, reverte-se aqui no nosso Município.
"Sou docente há 26 anos e não quero deixar de repetir que as reformas não se fazem contra, mas sim com; em bom português quando alguém quer fazer uma reforma – as reformas são necessárias ao sistema democrático – é necessário aperfeiçoar esse sistema, nas suas diversas vertentes, mas é necessário fazê-lo/negociar com as pessoas e tratá-las como gente; com personalidade, com boas maneiras de ser e de estar e com cultura. Sem dúvida que se alguma classe é promotora do progresso e do modernismo é a classe docente porque tem um papel muito nobre. Prepara cidadãos para exercer nas diversas vertentes – economia, cultura, saúde, justiça etc. – ajuda o País a construir-se. O educador deve ser sempre respeitado e muito

particularmente por quem detém o poder. Isto não significa que não reconheça que na classe dos professores não há gente mais, menos e assim/assim competente como noutros sectores. Não se pode dizer é que todos são incompetentes - professorzecos. Isso pode pensar-se, mas não se diz.
As questões relativas à Reforma Educativa os professores estão a tratá-las em sede própria e o País, a comunicação social, todos sabemos o que hoje se passa. A classe docente é tão decente que se manteve em silêncio durante muito tempo e actualmente vemos os professores – que são uma classe ordeira – na rua, porque necessitam de fazer ouvir a sua voz. Ainda bem que o ME e o Senhor Primeiro – Ministro conseguiram o impossível – que uma classe desunida se unisse. Não somos inimigos da educação mas sim os seus primeiros defensores.
Relativamente à questão das "Novas Oportunidades" eu estou a leccionar na minha escola o curso EFA que equivale ao 3º. Ciclo, que tem a duração de um ano; começou em Outubro de 2007 e vai terminar em Novembro de 2008. Há casos dentro da cidade de Chaves que em três meses fazem exactamente o mesmo. Ninguém imagina a nossa paciência, o nosso convencimento perante os formandos, que são excelentes. Aceitaram a nossa proposta, aceitaram as nossas ideias, são resistentes e preferem manter-se com a equipa pedagógica que têm, do que fazê-lo noutra Instituição apenas em três meses. No meu entender isto devia ser repensado.
O Município tem feito um grande esforço que temos de reconhecer, essencialmente a nível do pré-escolar e do 1º. Ciclo, na recuperação do equipamento e há casos pontuais que penso que ainda podem melhorar. Há edifícios onde o revestimento interior é importante para a saúde.
O ensino vive do número de alunos que o Concelho tem e, tendo em conta a realidade demográfica – a quantidade de alunos que temos – e reflectindo com a quantidade de estabelecimentos de ensino que temos, nos diversos níveis, em minha opinião, deveríamos repensar o seguinte: Há meia dúzia de anos as três escolas secundárias existentes em Chaves, eram selectivas. Isto é: os alunos frequentavam o 2º Ciclo na escola básica 2,3 Nadir Afonso e chegavam ao final tinham a opção de escolher a escola secundária que preferissem – Dr. António Granjo, Fernão de Magalhães ou a Dr. Júlio Martins. Na Nadir Afonso ficava um conjunto de alunos em número suficiente, com todos os seus problemas sócio económico e outros. Neste momento as escolas secundárias como têm carência de alunos, absorvem tudo – já não fazem selecção - porque agora necessitam dos alunos, independentemente da sua condição sócio - económica.
Estou a fazer a leitura da minha escola e a realidade é a seguinte: no máximo, dentro de três anos, provavelmente, a minha escola não tem o terceiro ciclo porque não tem alunos. Se calhar esse fenómeno também se irá passar na Escola Básica 2,3 Dr. Francisco Gonçalves Carneiro. O poder político vai ter de se debruçar sobre estas questões e a nós compete-nos alertá-las. Possivelmente terá de se repensar toda a política educativa do Ensino Secundário, nomeadamente estas duas escolas EB 2,3. Hoje interrogo-me se será viável a construção de uma nova escola, tendo em atenção o crescimento demográfico. O futuro o dirá.
O Ministério da Educação está em negociações com a ANMP, para transferência de competências ao nível educativo, para os Municípios. Peço à Exma. Câmara que esteja atenta, no sentido de ter em conta as carências do 2º e 3º. Ciclos, nomeadamente ao nível do equipamento.
Na minha escola somos cerca de 120 professores e temos apenas três computadores mais disponíveis de imediato (um está avariado).
O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu às questões que foram colocadas pelos Senhores deputados.

- O Senhor deputado ***Luís Carvalho*** referiu várias questões que passo a esclarecer: *Demografia* – Efectivamente o Concelho de Chaves, segundo todos os dados, tem progredido demograficamente. Não é só o facto de entre 1991 e 2001 a população ter subido 6,7%; os dados intermédios de 2006, dizem que crescemos mais 2%. Nesta altura a população estimada é de 44. 177 pessoas.
  Do ponto de vista da evolução da população escolar, nos últimos cinco anos, no pré-escolar crescemos quase 100 crianças; estamos a estabilizar no 1º. Ciclo com um número à volta dos 1.500 de alunos; estamos a estabilizar no 2º. Ciclo, embora continuemos a decrescer nos ciclos seguintes, mas a tendência é para estabilizar o número de alunos nos próximos anos.
  O novo Centro Escolar e as salas de Vidago: Estes estabelecimentos de ensino não se destinam a novos alunos; o Centro Escolar de Santa Cruz/Trindade vai dar resposta à necessidade de ensino de qualidade no 1º. Ciclo. Hoje na cidade de Chaves, em termos de 1º. Ciclo, respondemos da mesma forma que há 50 anos atrás. Só a Escola de Santo Amaro, tem 180 alunos e a Escola da Estação tem 190. A Escola de Santo Amaro, apesar de ter um novo Pavilhão, não dá resposta em termos de qualidade a um ensino que queremos para as nossas crianças do 1º. Ciclo.
  A Senhora deputada ***Isaura*** disse na sua intervenção que esta Escola não tem computadores – só onze foram colocados no novo espaço. Também aqui conseguimos alterar uma sala que era de professores, para leccionar, e foi feita uma intervenção que permite melhores condições mas, apesar de tudo, não são condições de aprendizagem de um ensino actual e de qualidade. O mesmo acontece com a Escola da Estação. A necessidade de utilizar duas salas no Centro Cultural, para dar a todos os alunos do 1º. Ciclo escola a tempo inteiro e terminar com os horários duplos, é uma realidade. Teríamos de construir duas novas salas inicialmente previstas na escola do Cino-Chaves mas, atendendo às novas competências, porque a referida escola com mais duas salas e mais 40 crianças, não teria as condições ideais para responder em termos de refeições. Essas duas salas serão edificadas na Escola Nadir Afonso, onde existe o espaço adequado para esse efeito.
  O Centro Escolar de Santa Cruz/Trindade é uma exigência que não tem a ver com o número de alunos, mas sim para responder com qualidade à aprendizagem das crianças da cidade.
  Já adquirimos quadros novos para substituir os existentes em todas as escolas do 1º. Ciclo e só não os colocamos já porque não temos tempo de os colocar todos nesta altura. Para além disso serão distribuídos mais cinquenta computadores. Se verificarmos, no Município de Chaves, há um rácio computador/aluno, de um computador para cada 7 alunos. A colocação destes cinquenta irá melhorar este rácio.
  As novas competências transferem para o Município responsabilidades na educação até ao 9º. Ano/3º. Ciclo. O que acontece é que para o 1º. Ciclo, de acordo com as candidaturas que temos há um Programa específico para Centros Escolares, a que nos vamos candidatar para construir o Centro Escolar de Santa Cruz/Trindade e o de Vidago. A Região Norte tem 250 milhões de euros para construções escolares e só estão em concurso, até dia 28 de Março, 70 milhões de euros. Já enviámos ao Ministério da Educação os documentos necessários, aguardamos o parecer do Ministério para apresentar o respectivo projecto. Haverá outros montantes a disponibilizar posteriormente e, numa segundo fase, posterior a 2010 iremos candidatar-nos a financiamento para o Centro Escolar da Madalena, que terá uma dimensão menor que o de Santa Cruz/Trindade, mas que responda à qualidade da aprendizagem que todos desejamos.
  No Ensino Secundário há Programas específicos – há uma Empresa a nível nacional que vai gerir em exclusivo os Fundos Comunitários. Em Chaves teremos a

oportunidade de ter uma intervenção dessa Empresa na Escola Dr. Júlio Martins. Para o 2º. Ciclo há um vazio. Este vazio permite à Autarquia, segundo a legislação aplicável, a execução de um Protocolo com o Ministério da Educação. Para a Escola Nadir Afonso vem sendo pedida uma intervenção há já dez anos, que ainda não foi feita e eu não tenho dúvidas de que se a Autarquia assumir a competência/responsabilidade dessa escola, teremos, de imediato, a solicitação dessa intervenção. E aqui ou temos a garantia das dotações financeiras necessárias para essa intervenção no Protocolo a estabelecer, ou então teremos de negociar com o Ministério para nos entregar a escola depois de feitas as obras. Não existe a mesma situação na Escola Dr. Francisco Carneiro, porque é mais recente e responde com qualidade, em termos de instalações, às necessidades exigidas.

- Respondendo ao Senhor deputado ***Manuel Cunha*** não vamos trazer alunos das aldeias para o Centro Escolar de Santa Cruz/Trindade; aqui serão admitidas crianças da freguesia e da cidade, que terão condições excepcionais de qualidade, que hoje não têm nem na Escola de Santo Amaro, nem na Escola da Estação, nem na Escola de Santa Cruz, pese embora o esforço e a qualidade dos recursos humanos que essas escolas têm. Isso significa que não vai interferir com o número de alunos de outra escolas, permitindo apenas que as Escolas de Santo Amaro e da Estação possam responder ao nível do pré – escolar.
  Acredito que a Escola de Santo Amaro possa também ficar com 40 ou 50 crianças do pré-escolar e possa responder com qualidade, o que não acontece ao nível do 1º. Ciclo, nomeadamente com as actividades extra-curriculares que temos em funcionamento.
  No nosso Concelho, quando estiver completa, a Rede de Centros Escolares, terá onze centros; gostaríamos que ocorresse até 2010 mas, certamente, não vai ser assim; irá muito para além dessa data. O acordo que está feito é para manter e só quando uma escola tiver menos de 10 crianças é que serão transportadas para outro centro.
- *A questão da UTAD/Escola de Enfermagem* colocada pela Senhora deputada ***Paula Barros*** e pelo Senhor deputado ***Manuel Cunha***. A UTAD fez com Chaves o mesmo que os Portugueses, na altura dos Descobrimentos, fizeram em África. Colocou aqui um Padrão, mas não se implantou nem se desenvolveu, apesar do esforço e de todo o apoio que a autarquia de Chaves fez e lhe deu. Do ponto de vista de uma gestão racional, não parece lógico que tendo nove salas disponíveis na Escola de Enfermagem, a UTAD não as tenha ocupado; só as ocuparia, segundo palavras do Senhor Reitor, se o edifício lhe fosse dado, o que, no meu entender, é uma estratégia errada e inaceitável. A Autarquia não tem porque se responsabilizar, directa ou indirectamente pela construção de umas instalações; directamente com um financiamento de 500 mil euros e indirectamente num empréstimo que fizemos à banca, para depois ceder as instalações «de mão beijada» a uma Instituição que, segundo se sabe, do ponto de vista económico-financeiro, está na banca rota. A UTAD pode e deve continuar em Chaves, apesar de ter andado constantemente a arranjar argumentos para se ir embora. A Câmara deixou de pagar a renda das instalações a partir da data que lhe disponibilizou o novo edifício. Como nesta altura a perspectiva da Escola de Enfermagem é outra, a Câmara assumirá novamente o pagamento da renda de instalações, evitando que a Universidade, que nesta data tem em Chaves cerca de 400 alunos, arranje outro argumento para se ir embora.
  Do ponto de vista do Ensino Público mais do que isto não posso dizer, porque a estratégia da implantação do desenvolvimento do ensino público em determinada localidade é da própria Instituição e não de todos nós que muito gostaríamos que fosse diferente. Continuamos a apoiar as actividades – esta semana vamos apoiar actividades do curso de Recreação Lazer e Turismo – na mesma, com a

possibilidade de assumir até outros encargos, mas a verdade é que tem de ser a UTAD a querer e a avançar na sua implantação em Chaves.
Na Escola de Enfermagem atingimos um topo de 420 alunos, o que era impensável quando ela iniciou, dado que é só uma licenciatura, apesar de ter posteriormente os cursos de especialização, que são referenciados a nível nacional. A Escola Superior de Enfermagem de Chaves ganhou um nome na praça importantíssimo, mas a dada altura começámos a verificar que para as oitenta vagas disponíveis, há três anos concorreram mais de duzentos alunos, há dois anos concorreram cento e oitenta e este ano houve noventa e sete candidaturas. Isto demonstra que o mercado não responde da mesma forma e temos de encontrar outras alternativas de crescimento da Instituição. Foi nesse sentido que procurámos um parceiro. Oportunamente foi aqui referenciada a Universidade Católica, que não estava interessada na Enfermagem, mas sim em Cursos de Especialização Tecnológica em Biotecnologia, que não é o que nós queremos como Ensino Superior. O Instituto Politécnico e Universitário do Minho responsável pelo ISAVE, com mais de dois mil alunos, na área da saúde é a Instituição com quem fizemos um acordo e em conjunto solicitamos a transformação da Escola Superior de Enfermagem em Escola Superior de Saúde. Estão a trabalhar directamente connosco o Professor Carvalho Guerra – antigo responsável pela Universidade Católica no Porto – e o Professor Sérgio Machado dos Santos que para além de ser nosso conterrâneo, é uma pessoa que conhece bem a cidade de Chaves, foi Reitor da Universidade do Minho e Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas.
Estas duas pessoas estão a colaborar connosco no sentido de se implantar em Chaves uma nova entidade entre a Escola Superior de Enfermagem e o Instituto Politécnico do Minho, que dê corpo a uma Escola Superior de Saúde, e poder alargar o âmbito da oferta educativa, da Enfermagem para mais seis áreas que foram solicitadas e que estão em análise na Direcção-Geral do Ensino Superior, nomeadamente Radiologia, Fisioterapia, Análises Clínicas e Farmácia, Terapia da Fala e Higiene Oral. Aguardamos a decisão da Direcção-Geral, que só pode tomar duas decisões. Ou autoriza o funcionamento como Escola Superior de Saúde, ou não autoriza e teremos de continuar a insistir e trabalhar. No meu entender daremos resposta às duas grandes áreas importantes para o desenvolvimento do Ensino Superior em Chaves: a Saúde nas diversas áreas e o Turismo.
A UTAD se tivesse uma estratégia adequada podia ter desenvolvido perfeitamente estas áreas. O Turismo já tem, assumiria, como estava previsto, a Escola Superior de Saúde como Unidade Orgânica, dentro da sua estrutura, com independência, que desenvolvesse a área da Saúde em Chaves. Se o não fez foi porque não quis.
Ainda sobre a questão que a Senhora deputada ***Paula Barros*** colocou sobre a Escola Profissional de Chaves esclareço o seguinte: Todos os anos, por iniciativa do Município, reunimos as escolas que dão Formação Profissional – Centro de Formação, Escola Profissional e Escolas Secundárias, no sentido de articular a oferta de Formação Profissional. O que tem acontecido é que tem havido, efectivamente, essa articulação. Aconteceu com as Escolas Fernão de Magalhães e Dr. António Granjo, que oportunamente se candidataram a um curso de idêntica natureza.
Em termos de oferta de Ensino Profissional a Escola de Chaves tem um grau de empregabilidade geral, acima de 60% e tem cursos com empregabilidade acima de 80% - caso de cozinha/mesa/bar. É evidente que para a média constam outros cursos com empregabilidade mais baixa, mas a verdade é que ainda tem uma taxa de empregabilidade muito considerável. Também é bom dizer, em nome da verdade, que a Escola Profissional de Chaves, no contexto das Escolas do País, desde sempre teve um bom-nome na praça.

No ano de 2007 abriu um novo curso ligado a Técnicas de Termalismo, o que é uma novidade ao nível do País.
Em média, os horários dos professores da Escola Profissional são de 25 horas, e com toda a sinceridade, não sei responder se há algum colega que tenha 30 horas de carga horária. Posso inteirar-me dessa situação.
Sobre as salas a funcionar no Centro Cultural já temos a concordância da Senhora Directora Regional para que os alunos passem para a escola Nadir Afonso.
As actividades extracurriculares foram assumidas pela Autarquia. Todas as áreas propostas pelo Ministério. Esse facto faz com que tenhamos colocado monitores em quatro áreas – Musica, Educação Física, Inglês e Tecnologias de Informação. A Autarquia aceita as candidaturas dos monitores, mas a selecção é feita pelos Agrupamentos, de acordo com as regras estipuladas. Normalmente na área da Música temos mais oferta do que procura, acontecendo o contrário em Educação Física. Mas aqui os professores, normalmente, são colocados durante o ano em escolas oficiais.
O Ministério informou-nos que devemos pagar uma média entre 12 e 18,00€/hora a cada monitor – pagamos 15,00€/h - e cada um tem um mínima de 6 horas. Não têm mais porque se deslocam pelas respectivas escolas, e não conseguem conjugar um horário maior. Mas isso não depende só da organização da Câmara, depende também dos horários que os Agrupamentos determinam para as escolas do 1º. Ciclo. Neste momento temos 16 Formadores em Musica, 20 em Inglês, 28 em Educação Física e 7 em Tecnologias de Informação. O gasto global por ano, contratualizado com estes professores é de 339 mil euros, que a DREN transfere com toda a normalidade, para a Câmara Municipal.

- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Outeiro Seco ***Altino Rio***, de quem sou amigo há muitos anos, merece uma palavra especial. Independentemente da amizade queria e não posso deixar de o fazer em meu nome pessoal e da parte Município – deixar o agradecimento e reconhecimento pelo trabalho notável que o Eng.º. Altino fez durante os anos que trabalhou connosco na área da Educação. A sua dedicação a esta causa é merecedora de que esta Assembleia reconheça, com toda a justiça, esse empenho e dedicação.
  Depois de tudo o que foi dito gostaria de referenciar mais alguns dados, no que a Autarquia tem investido na Área da Educação. O Senhor Eng. Altino já frisou alguns números, nomeadamente no 1º ano em que se deu início à Reorganização Escolar, em que gastamos 500 mil euros, ficando o Ministério de nos dar 110 mil, dos quais, até à data, recebemos apenas 55 mil, mas ainda não desistimos de receber o restante.
  Há diferenças que gostaria de referenciar, nomeadamente no que respeita aos Transportes Escolares. No início do ano lectivo é apresentado um Programa, mas no seu decurso aparecem inúmeras coisas que é necessário acertar. No corrente ano lectivo, para além de termos adquirido mais um autocarro para as crianças do 1º. Ciclo, tivemos de ajustar transportes para que os alunos da Escola de Santo Amaro pudessem ir almoçar à Escola Dr. Francisco Carneiro, alugando um autocarro que custa 50,00€ por dia – no final do ano são 25.500€. Também a Escola da Estação tem à disposição um autocarro para transportar os alunos diariamente para a Escola Nadir Afonso onde almoçam. Outras escolas como Santa Cruz/Trindade, Outeiro Seco etc. têm um autocarro para fazer os respectivos transportes. O total de investimento em Transportes Escolares feito pelo Município, por ano, é de 781.569,70 €; desses recebemos do Estado, 345.727 euros. Estes são os encargos directos. Os que antes referi são novos. Há locais como por exemplo Calvão, Soutelinho em que tivemos de colocar aqui mais um autocarro. Esses acréscimos fazem com que se

ultrapasse um milhão de euros a pagar, mas a comparticipação do Ministério é a mesma.
Temos a certeza do cumprimento das regras nos Transportes que são feitos por nós. As Associações e Pais no Conselho Municipal de Educação estão muito atentas e, por norma, é uma das situações que mais nos chamam à atenção.
Nas refeições tem havido uma grande evolução. Este ano lectivo estamos a fornecer 887 refeições – há dois anos atrás eram pouco mais de 160. Nesta área a Autarquia investe, no corrente ano, 220.067,25€ recebendo apenas 53.205,00€. Há aqui um défice para a Câmara de 166.861,53€ que assumimos. Fazemos concursos para as refeições, mas temos muitas crianças que almoçam nas respectivas escolas e a Câmara paga. O custo de refeição padrão está previsto que seja dividido entre os pais, o estado e a Autarquia, mas quando os pais não pagam quem assume é o Município.
Sobre as actividades extracurriculares chegou o Relatório da verificação da visita de acompanhamento, feita pelos responsáveis da DREN, ao ensino do Inglês, onde o trabalho que está a ser desenvolvido pelo Município, é em todos os itens positivo.
Uma das questões mais discutidas nesta Assembleia é a questão do pessoal. Com a transferência de competências do Estado para o Município, vamos receber, segundo os dados actuais, mais 149 funcionários, dos três Agrupamentos.

- A Senhora deputada ***Isaura Sousa*** fez uma intervenção onde colocou várias questões, algumas das quais já foram respondidos, nomeadamente os recursos, materiais e computadores. A Autarquia está disponível para apoiar em tudo o que for necessário.
  A questão da Eurocidade e o possível intercâmbio educativo está previsto; foi proposto a Verin que no dia mundial da criança e na semana do Desporto houvesse intercâmbio entre as crianças das duas cidades. Ainda não sabemos se Verin estará disponível para essa situação, nem como se poderá realizar. Estamos no início de um percurso, vamos ver o que é possível fazer.
  Na Educação não estamos a falar nos professores. Estamos a falar em politica educativa e na implementação de um ensino de aprendizagem capaz de desenvolver os nossos jovens. Temos ideias próprias e procuraremos desenvolvê-las e concretizá-las.

Esgotados os assuntos da ordem de Trabalhos e nada mais havendo a tratar o Senhor **Presidente da Mesa** deu como encerrados os trabalhos da sessão de que, para constar, foi lavrada a presente acta que vai ser assinada pelos Membros da Mesa e subscrita por mim Maria das Graças Alves,· que a redigi.

O Presidente da Mesa _____

O 1º. Secretário _____

O 2º. Secretário _____